|  |
| --- |
| **COMISSÃO DA VERDADE****PRESIDENTE****DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT****15/03/2014** |

**COMISSÃO DA VERDADE**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**15/03/2014**

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Eu recordo a vocês que isto que nós vamos fazer aqui, hoje, é uma reunião de trabalho, e eu queria começar agradecendo a todos os nossos convidados, que vieram aqui fazer uma exposição sobre questões que têm a ver com seus estudos e que interessam, particularmente, à Comissão da Verdade e a este GT.

Agradecer que tenham deixado aí os seus interesses, os seus afazeres do fim de semana, o aconchego das suas casas, dos seus lazeres, para vir repartir aqui conosco essa informação que se tornou muito importante.

Agradecer ao Jorge, agradecer ao Pedro Henrique, à Denise, agradecer ao Marlon, que é muito importante nessa reunião já como um ensaio para outras que nós queremos fazer, para outra, particularmente, que nós queremos fazer. Um ensaio, porque ele vai tratar conosco do tema da responsabilização.

E o Marlon é, certamente, uma das pessoas... É a pessoa que eu conheço, haverá outras que eu não conheço, pode haver, que mais entendem, que mais conhecem Justiça de Transição neste país. O que mais tem escrito sobre os diversos temas relacionados com Justiça de Transição. E esse tema da responsabilização é um tema ainda muito inédito, a discussão. Na Argentina ele já está avançado, em outros países se avançou mais, na Alemanha, por causa do Nuremberg, e nos Estados Unidos também, por outros fenômenos, a questão é mais estudada, e há documentos produzidos, há resoluções, há normas produzidas sobre isso.

Mas no Brasil, ele é muito pouco discutido, de modo que nós vamos pretender com esse seminário de hoje construir, reconstituir, fazer, realizar, uma série, não muito longa, porque nós temos um mandato muito curto, datado, que agora é de um pouco mais que dois anos e meio, mas nós queremos fazer, vamos avaliar ainda hoje, a partir deste seminário, como vamos desdobrar isso.

Mas, queremos também fazer um levantamento sobre o comportamento das empresas estatais, queremos fazer uma discussão sobre empresários ou tecno-empresários, técnicos, consultores, ou que pelo menos tenham essa extração, como é o caso do Delfim Netto, que ele próprio não era um empresário de empresa, mas foi um grande assessor, e depois um administrador que se dedicou a isso.

Nós queremos fazer uma discussão sobre essas pessoas de carne e osso, talvez, chamando, como nós tínhamos nos comprometido, ou estudando o que eles disseram, porque o Delfim, por exemplo, já prestou, recentemente, um longo depoimento...

Até para discutirmos e decifrarmos o que ele disse e contestar o que ele disse, ter uma ideia de nomes. E a última reunião dentro dessa série, do que nós já andamos falando dentro do nosso GT, é uma reunião realmente sobre a questão da responsabilização, que a fala do Marlon hoje dá início.

Essa responsabilização institucional, inclusive, que é diferente de uma responsabilização criminal, essa só o Ministério Público pode fazer, por participação, por coautoria em atos que signifiquem graves violações, mas a responsabilização institucional é reclamada de uma Comissão da Verdade, é imposta, inclusive, pela sentença do Araguaia, que diz que nós, Comissão da Verdade, devemos fazer essa responsabilização institucional, e pela lei, também, que nos criou.

Eu queria agradecer ao Adriano Diogo, à Comissão Rubens Paiva, aqui de São Paulo, que tem se comportado conosco, com esse grupo, especificamente, que a Comissão da Verdade herdou, compartilhou, com a Comissão da Verdade, uma Secretaria Executiva que veio aí das centrais sindicais, que eles já tinham organizado quando começou o nosso trabalho na Comissão da Verdade, e que tem repartido tudo conosco, Comissão Nacional, de uma forma irmã. Aquele irmão de mais de 30 anos, que é quando a gente olha para o irmão e vê nele o pai, a mãe, a gente mesmo, então tem uma relação muito mais... a vida, o passado, a memória, a infância, e a gente tem uma relação muito mais sólida, muito mais fraterna, um irmão assim.

Que nós nem temos sabido, como Comissão da Verdade, ainda, retribuir essa participação, esse acolhimento, mas que tem sido muito importante e que vai ter frutos, ainda, muito importantes, o nosso trabalho da Comissão da Verdade.

Eu queria também agradecer à nossa Secretaria Executiva, ao Sebastião Neto, que tem sido incansável, hiperativo no nosso trabalho de preparar a secretaria desse GT. A Fabíola, a Jéssica, a Natália, a Alejandra e a Milena, que se associou a esse trabalho, às centrais sindicais, que têm participado muito vivamente deste trabalho. As centrais sindicais e as outras associações que têm participado também conosco deste trabalho do GT, e está aqui o Toninho, do Cedoc, que me recorda isso.

Então queria agradecer a todos vocês por esse trabalho que nós hoje, nessa perspectiva, damos início, e que eu espero que, realmente, seja muito significativo, porque ele atende, inclusive, a um interesse muito grande da nossa sociedade civil.

Certamente, esse é um tema que a mídia tem muito interesse, e a mídia tem muito interesse porque reflete uma curiosidade, um interesse da sociedade civil.

Esse é um tema que a gente tem, realmente, que aprofundar, a gente deve isso à sociedade brasileira.

Então, eu quero passar a palavra para o Adriano, que vai acompanhar, que vai coordenar os trabalhos, que vai dirigir os nossos trabalhos com a sua experiência parlamentar e com a sua calidez.

Porque apesar de o Adriano às vezes se impacientar, ele é doce, ele é muito doce.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva, audiência conjunta com a Comissão Nacional da Verdade. Centésima décima quarta audiência pública. São Paulo, 15 de março de 2014, Auditório Teotônio Vilela, ou melhor, Auditório Dom Pedro I, mudou.

Está instalada a 114ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, no dia 15 de março, Auditório Teotônio Vilela, seminário com as empresas que se beneficiaram e apoiaram a Ditadura Militar.

Esta organização pertence ao Grupo de Trabalho 13, da Comissão Nacional da Verdade, Grupo dos Trabalhadores.

Quero agradecer todos os companheiros, em particular o companheiro Sebastião Neto, e a sua estrutura IIEP, na organização deste seminário. Este tema adotado pelo Grupo de Trabalho, finalmente a gente está conseguindo começar as audiências públicas neste mês da descomemoração do Golpe. Acho importantíssimo esse trabalho para que a gente possa identificar o papel da sociedade civil, e todos os sindicalistas, companheiro Mancha, companheiro Américo, que vieram de tão longe nessa contribuição, e todos os demais convidados.

Na primeira parte da manhã, agora, tem quatro falas: Dr. Marlon Alberto Weichert, Jorge José de Melo, Pedro Henrique Pedreira Campos, e Denise Assis.

Nós estamos começando às 10h, então, se os companheiros puderem usar a palavra 20 minutos, ou o tempo que achar necessário, essa parte inicial demoraria uns 80 minutos para depois haver as outras contribuições.

Queria dizer, viu Dra. Rosa Cardoso, que é importantíssimo, tudo o que a gente faz com a Comissão Nacional, principalmente, quando a senhora, da Comissão Nacional, se desloca para apoiar os trabalhos, essas iniciativas tão importantes, a qualidade do trabalho muda e dá outra dimensão, uma dimensão histórica maior.

Essa semana, por ocasião desses debates sobre a descomemoração do golpe, o Instituto Cebrap, ligado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, promoveu um seminário no Sesc Vila Nova.

Eu sou tão azarado, que eu peguei, exatamente, a mesa daquela senhora Mezzaroba. Queria até ver a tradução, que minha avó falava essa palavra tanto. E ela, para evidenciar tanto os trabalhos da Comissão Nacional, ela conseguiu desqualificar a militância, o esforço, daqueles que resistiram à ditadura, que são os pesquisadores como o Neto, como o Mancha, como o Ivan e outros. Por isso eu descobri que ela tinha um nome bem apropriado de Mezzaroba.

Então, sem mais delongas, eu passo a palavra para Marlon Weichert.

**O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT –** Muito bom dia. Eu queria iniciar primeiro agradecendo, enormemente, o convite da Dra. Rosa Cardoso e do deputado Adriano Diogo.

Evidentemente que as palavras da Rosa são, em função da nossa amizade, do carinho que temos reciprocamente.

Eu apenas tenho, como Ministério Público, sou membro do Ministério Público Federal, me dedicado a este tema. Comecei há uns dez anos e, para conseguir trabalhar, a gente tem que estudar um pouquinho e é isso que a gente tem feito, especialmente com a contribuição, eu diria, que dos familiares. Eu acho que, para mim, o mérito impulsionador de todo esse movimento que temos hoje no Brasil, agora bastante avançado, é fruto dessa persistência das vítimas, dos familiares, desse conjunto de pessoas que diretamente sofreram as consequências da violação dos direitos humanos e que, aos poucos, conseguiu mobilizar aqueles que indiretamente sofreram as consequências, que somos todos nós, a sociedade brasileira.

Eu vou diretamente ao tema, porque nós não temos tanto tempo assim. Eu queria começar enfatizando que esse tema na responsabilidade de empresas por violações de direitos humanos é um tema negligenciado na literatura e isso por razões, me parece, bastante óbvias.

Nós vivemos num sistema capitalista, então, se você fala de responsabilidade de empresas por violações de direitos humanos, nós estamos tocando em questões de reflexos políticos, de reflexos econômicos e, evidentemente, também de reflexos jurídicos.

Não obstante, em função da trágica história da humanidade, o Direito e, especialmente o Direito Internacional já se dedicou bastante a esse tema, sobre a responsabilidade de empresas e dos empresários pela violação dos direitos humanos. Isso tem, mais recentemente, podemos sentir que o tema, não tanto na questão dos direitos civis e políticos, mas, sobretudo, no tema do Direito Ambiental e também da corrupção, tem sofrido novos estágios de avanço no Direito Internacional. Nós temos cada vez mais essa pressão por “complience” pelas empresas, em relação à questão ambiental e a questão de corrupção.

Não é por menos que temos, recentemente, esses episódios de multinacionais conhecidas pela sua prática histórica de corrupção na América Latina e no continente africano que estão mudando a sua prática em função de novas regras internacionais, não porque do dia para a noite mudaram seu juízo moral, mas sim porque há consequências muito fortes nos seus países de origem sobre essa matéria.

E nós não vemos a mesma ênfase na prática de violações aos direitos do trabalho, na prática de violações de direitos humanos, civis e políticos. Ou seja, a influência política é indevida por parte dessas corporações. Pelo contrário, me parece que isso está na essência do modelo capitalista, para preservação desse espaço. Então nós estamos lidando aqui numa área muito sensível, que desperta muito interesse mas, ao mesmo tempo, posso garantir que desperta muito medo, inclusive por parte dos meios de comunicação onde, notoriamente, no Brasil e em outros países se envolveram também com a prática de violação de direitos humanos.

Mas, feitas essas considerações iniciais, de fato a matéria não é nova, sobretudo porque com o horror da segunda guerra mundial, as potências aliadas necessitaram se debruçar sobre o papel das corporações que contribuíram com o regime nazista. E são duas histórias, sobretudo, que chamaram a atenção.

Primeiro, a contribuição de empresas alemãs, e também de outros países, com o esforço de guerra, e aqui em várias frentes, seja porque utilizaram mão de obra escrava ou quase escrava, de prisioneiros, seja porque utilizaram os judeus também como uma mão de obra explorada, ou pelo fornecimento de insumos para o funcionamento da prática de violação de direitos humanos implementada pelo regime nazista.

Há também, na outra ponta, a figura daqueles que colaboraram ou se beneficiaram do governo alemão, ainda que sendo potências estrangeiras, como o caso mais característico é o dos bancos suíços, que receberam do governo alemão...

A Suíça se manteve como um país neutro na Segunda Guerra Mundial e isso lhe permitiu fazer negócios com todos os lados envolvidos no conflito. Inclusive, o governo alemão depositava o ouro que naquele tempo os bancos centrais mantinham, muita reserva em ouro para fazer valer as suas moedas, conforme a Alemanha foi invadindo a Polônia Tchecoslováquia, e outros países, a Hungria, esse ouro era retirado desses bancos centrais e boa parte era destinada a bancos suíços que, supostamente, seriam um refúgio seguro. E também a apreensão de obras de arte e riquezas dos próprios judeus que, foram deportados na primeira fase, e depois, conforme foram sendo presos e eliminados na chamada “solução final para a questão judaica”. E esses recursos ficaram depositados nesses bancos suíços, que até hoje não fizeram a abertura dessas informações.

Houve, apenas dos anos 1980, 1990, por pressão norte-americana, um esforço muito grande para conseguir reparações, compensações, com a criação de fundos por esses bancos, mas ainda assim de forma incompleta, porque não há, ao que se consta, uma revelação.

A justificativa dos bancos é que eles não sabem, que as pessoas nunca vieram reclamar os bens que foram depositados, então, os oficiais nazistas que depositaram bens... Ou, aliás, os próprios judeus que, quando começou a perseguição, confiaram nos bancos suíços e depositaram as suas riquezas para não serem confiscadas pelo regime alemão, agora eles dizem que essas pessoas, evidentemente, nunca voltaram para reclamar os seus bens, então eles continuam depositados sob confiança, o banco cumprindo, supostamente, o seu papel de manter a confiança do sistema.

Logo após a guerra, no Tribunal de Nuremberg, esse tema foi objeto de discussão sobre a responsabilidade das empresas, e após o Tribunal de Nuremberg, e aí a criação das Nações Unidas, já na primeira assembleia, houve a determinação por parte da Assembleia Geral de que a Comissão de Direito Internacional elaborasse os princípios, que eram a consagração dos princípios que foram adotados pelo Estatuto de Nuremberg.

É desses princípios que nós tiramos, inclusive, a afirmação da criação de crimes contra os Direitos Humanos, que isso passou a fazer parte do Direito Internacional pelo costume. Aliás, boa parte da nossa tese sobre responsabilização pessoal de perpetradores é com base nesses princípios, e um desses princípios é o de número 7, que foi redigido em 1950, dizia que a cumplicidade no cometimento de crimes contra a paz, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, conforme previsto no princípio 6, era por si só um crime internacional, à luz do Direito Internacional.

E o caso que ficou mais emblemático é o caso da produção do Zyklon B, que era o gás que foi utilizado, sobretudo em Auschwitz para o extermínio de judeus.

Essa história é muito interessante, aliás, se depois vocês quiserem eu tenho uma foto aqui, que eu tirei lá em Auschwitz dessa latinha, a situação era mais ou menos a seguinte: esse gás era utilizado para desinfecção de ambientes, para matar piolhos, matar percevejos, era um inseticida, nada mais que um inseticida. E o uso desse inseticida em Auschwitz rendeu a ideia de que poderia, talvez, ter outra utilidade.

Os primeiros testes que foram feitos, pelo que eu vi lá, foram com presos soviéticos que foram levados a Auschwitz no início, antes de servir mais para a questão judaica ele foi também uma prisão para presos da frente soviética, que eram mandados para lá, e foram feitos testes com o uso do Zyklon B com esses presos soviéticos, e aí funcionou.

Então, a partir daí veio a ideia, porque como ele era muito barato e muito rápido e eficiente, quando administrado em altas quantidades num ambiente fechado ele intoxicava e, rapidamente, havia a morte da vítima, ele começou a ser adotado em larga escala e aí foram se construir as câmaras de extermínio onde se ministrava por cima, depois até em alguns casos fingia-se, botava-se chuveiros falsos para iludir a população – isso não em todas as câmaras, em Auschwitz 1 isso não existia, isso foi feito depois em Auschwitz 2 – se utilizou em larga escala.

E o que aconteceu? É evidente que começou a haver um consumo muito elevado desse produto que fugia ao padrão, e a empresa começou a vender esse produto em larga escala sem se questionar o motivo. A desculpa da empresa é que ela fez um negócio comercial. Aqui a patente era da IG Farben, uma empresa química alemã que tinha duas empresas para quem ela tinha cedido a patente, que eram a Degesch e a Tesch. No caso de Auschwitz, o fornecimento principal era pela Degesch, pela primeira dessas empresas, que segundo alguns autores eram subsidiárias da própria IG Farben.

E o que aconteceu então é que, poderiam esses empresários perceber ou terem questionado por que estavam vendendo em tanta quantidade para o Exército alemão e por que estavam entregando em campos de concentração esses produtos? Ou seja, era escusável que se tratava apenas de uma operação comercial, que agora tinha se tornado de pequena para larga escala, quando havia elementos de que estava em curso um processo de extermínios?

Pois bem, no caso da empresa Degesch, dois de seus empresários, dos seus diretores, terminaram sendo julgados por uma corte militar britânica no pós-guerra e foram condenados a morte e foram executados pela sua contribuição ao processo de violação de direitos humanos.

Este princípio da cumplicidade em que se incluem empresas foi reafirmado no tribunal internacional para a ex-Iugoslávia e também no tribunal internacional para Ruanda, isso já nos anos 2000, e terminaram, em 2003, com a elaboração de um trabalho pela Comissão de Direitos Humanos, hoje o Comitê dos Direitos Humanos, na época era ainda uma comissão, e alguns princípios foram reafirmados e detalhados e eu queria neste momento me deter um pouco sobre eles.

O primeiro princípio geral é que a promoção dos direitos humanos não é uma responsabilidade exclusiva dos Estados e dos governos: ela é uma responsabilidade primária, o poder público é o primeiro responsável pela proteção, promoção e garantia do respeito dos direitos humanos, mas os particulares também têm deveres e também têm obrigações, sobretudo de não violar, de promover e de proteger estes direitos.

E esta obrigação é exigível na esfera de atuação e influência de cada um de nós, assim como das empresas e pessoas jurídicas. Essa responsabilidade tem previsão na declaração dos direitos humanos em 1948, foi reafirmada nos princípios de Nuremberg e se estende à ideia de que “Corporações e empresas devem respeitar o Direito Internacional dos direitos humanos, assim como as legislações nacionais, com a finalidade de primeiro eliminar discriminações que sejam baseadas em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, status social, deficiência ou idade”. Estes sãos os princípios 1 e 2 da Comissão de Direitos Humanos.

O mais importante para nosso caso, porém, é o que está previsto nos itens 3 e 4, que “Corporações e empresas não devem se envolver nem se beneficiar de crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio, torturas, desaparecimentos forçados, trabalhos forçados, trabalhos compulsórios, execuções sumárias, extrajudiciais, ou arbitrárias, ou de qualquer outra violação do direito humanitário, do Direito Internacional, dos direitos humanos”.

Evidentemente que a gente pode aqui expandir, que na verdade empresas e corporações não podem se beneficiar ou serem cúmplices de qualquer ilegalidade, mas isso assume um caráter ainda mais forte quando nós estamos falando dessas práticas de graves violações contra os direitos humanos que aqui enumeramos.

E essa participação e benefício ela pode ser tanto direta como indireta, e pode ser tanto comissiva quanto omissiva; qualquer forma de envolvimento nessas quatro figuras já vai atrair a responsabilidade dessas corporações e dos seus empresários.

Há um item, o item 11 dessa declaração também, que diz que “Corporações e empresas não devem oferecer, prometer ou dar dinheiro ou outros benefícios a servidores públicos em geral, mas especialmente a membros de forças armadas ou de forças de segurança”.

Finalmente, conforme o item 15, “Corporações e empresas não devem desenvolver nenhuma atividade que implique suporte ou encorajamento de violações dos direitos humanos. Ao contrário, elas devem adotar medidas preventivas para garantir que seus bens ou seus serviços não estejam sendo utilizados ou empregados em violações dos direitos humanos”. Este é um compromisso das empresas.

Além disso, conforme o item 18, elas têm o “dever de reparar eventuais danos que sua atividade tenha provocado ou tenha causado”.

É importante lembrar que este estudo, este trabalho da Comissão de Direitos Humanos, não é dotado de força vinculativa, ela não é uma norma, não é um tratado, mas ela reproduz, e aqui uma discussão que a gente poderia eventualmente aprofundar, pode revelar a existência de um princípio de um costume já de Direito Internacional.

O costume é uma questão difícil de a gente investigar por que demanda uma certa aplicação ou aceitação pela comunidade internacional. E quando a gente pega, por exemplo, a legislação dos países europeus, que aceitavam até o final dos anos 1990 que empresas europeias pudessem pagar propinas em outros países, sobre tudo na América Latina e na África, e isso inclusive era uma despesa dedutível para fins tributários nesses países. Isso aconteceu nos Estados Unidos até os anos 1980, a partir dos anos 1980 houve a edição do Corruption Act norte-americano, que mudou drasticamente o cenário, por que ai as empresas americanas foram proibidas de praticar esses atos, não eram mais dedutíveis e, além disso, seus diretores em solo americano passaram a ser responsáveis criminalmente por atos de corrupção praticados fora do território americano.

Inclusive, sempre que nós temos uma investigação que envolve uma empresa norte-americana se o ato de corrupção contou com anuência ou participação da diretoria americana, isso é, via de regra, compartilhado com autoridades americanas que tem interesse nessa informação, por que fazem lá o processo. Muitas vezes o processo lá acaba sendo mais rápido e eficiente até do que o nosso, em função da estrutura dos respectivos poderes judiciais e dos processos criminais.

Pois bem, além desse trabalho da Comissão de Direitos Humanos, eu gosto muito de citar um estudo da Comissão Internacional de Juristas, que é evidentemente uma organização não governamental, mas que em 2006 fez um painel sobre a responsabilidade das corporações por cumplicidade em violações dos direitos humanos, cujas conclusões foram publicadas em 2008 e estão disponíveis no site da instituição. Segundo a Comissão de Juristas, três questões essenciais, a Comissão Internacional de Juristas, por exemplo, pelo Brasil o professor Dallari fez parte da comissão por um bom tempo, atualmente o Dr. Belisário é um dos membros da comissão internacional de juristas, segundo a Comissão três questões essenciais devem ser analisadas para definir se uma empresa ou corporação, bem como seus diretores e gerentes, por sua irresponsabilidade civil ou criminal, por cumplicidade na violação de direitos humanos: a causalidade, o conhecimento e a proximidade.

Primeiramente a responsabilidade deve ser determinada a partir do seguinte questionamento: a empresa contribui para a violação dos direitos humanos mediante a atitudes que auxiliaram, tornaram possível, exacerbaram ou facilitaram a atuação do perpetrador? Se a resposta for positiva, estará implementada a condição existencial para definir a sua cumplicidade.

Ou seja, o auxilio, a facilitação do ato de violação dos direitos humanos pelo perpetrador.

Essa contribuição pode assumir diversas formas, a mais grave consiste na ajuda ou suporte às atividades, ou suporte direto às atividades de perpetração, especialmente quando é ela que torna possível a prática do ilícito.

Então, por exemplo, quando uma entidade privada disponibiliza um determinado espaço físico para que seja constituído um centro de tortura, isso significa que ela foi um elemento essencial, foi ela que tornou possível que ali se praticasse o ilícito. E de fato em muitos casos sem o auxilio privado não seria possível a iniciativa de praticar crimes de guerra, ou contra a humanidade ou outros delitos. É essa empresa, como no exemplo dado, que torna factível a violação.

Um outro caso que me parece bastante relevante é quando na figura da delação; quando empresas fazem a vigilância sobre seus funcionários e delatam ao órgão de repressão, que sabem que o órgão de repressão utilizará da pratica de violações dos direitos humanos, então fazem a delação por exemplo de que dentro de sua empresa há uma pessoa que faz uma militância de um partido político comunista ou que tem ideais revolucionários, e fornece, ela faz essa contribuição com o governo autoritário, assumindo o risco de que esta pessoa venha a sofrer graves violações dos direitos humanos.

Outras práticas são o fornecimento de elementos materiais, tais como armas, veículos, combustível, transportes.

Há também a figura da compra de bens produzidos pelo estado ou grupo paramilitar, isso acontece, por exemplo, no caso dos diamantes de sangue, onde empresas compram diamantes de sangue sabendo, compram diamantes sabendo que esse recurso é que vai viabilizar a compra de armas e outros suportes para praticas de crimes.

E finalmente há o financiamento direto, onde se recorre a recursos financeiros e se fornece recursos financeiros ao perpetrador das atividades repressiva, ou até mesmo como prêmio à atividade repressiva. Em todos esses casos a empresa privada esta assumindo um papel de cúmplice na perpetração das violações dos direitos humanos.

Uma segunda questão relevante para a questão da responsabilidade consiste no conhecimento sobre as praticas, ou seja, ela contribui, mas ela conhecia, sabia, tinha condições de saber da violação?

Nota-se de que não se trata de querer que ela tenha a intenção de praticar em conjunto com os demais envolvidos as violações dos direitos humanos, que é a figura m ais grave, quando a empresa adere diretamente à conduta. Mas se ela já assumiu o risco de estar contribuindo com aquela prática, ela já assume um papel de cumplicidade.

Se, por exemplo, a corporação sabia de uma prática de violações e podia deduzir que sua atividade ou relação comercial poderia estar contribuindo para aqueles atos, já está caracterizada sua responsabilidade, é a opinião da Comissão Internacional de Juristas.

Por fim, há um aspecto de quantificação da influência que a empresa tinha sobre a prática dos ilícitos. E normalmente quanto mais próxima do perpetrador, e por tanto mais expressiva a sua influência, quanto maior a sua colaboração, maior será a sua responsabilidade.

É importante notar que bem mais recentemente o tribunal penal internacional, criado pelo estatuto de Roma, ele mantém, na verdade ele coloca no que para nós é o grande elemento atual da responsabilidade internacional, ele utiliza, ele adota a figura da cumplicidade também no seu estatuto.

Prevê no artigo 25, item 3C, que qualquer forma de cumplicidade, lembrando que o tribunal penal internacional ele julga pessoas, então ele tem uma redação bastante ampla para podermos afirmar tranquilamente que o tribunal fixa que todo aquele que tiver contribuído, participado, direta ou indiretamente, com os crimes, esta aqui a leitura: “será considerado criminalmente responsável e poderá ser punido pela pratica de um crime de competência do tribunal quem, com o propósito de facilitar a prática desse crime for cúmplice ou encobridor, ou colaborar de algum modo na prática ou tentativa de prática do crime, nomeadamente pelo fornecimento dos meios para sua prática”. Isso me parece que é uma figura do direito penal internacional, que é alcança muito de perto a figura dos diretores e dos responsáveis por corporações.

Nós precisamos destacar também que estamos falando aqui de dois tipos de responsabilização; nós temos a possibilidade da responsabilização da pessoa jurídica, que no Direito brasileiro ainda não é uma responsabilização criminal, e aqui é um ponto que nós quase avançamos neste sentido, por que está em discussão no senado um projeto de novo código penal brasileiro que está ampliando a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, que hoje no Brasil existe apenas para crimes ambientais; nos crimes ambientais a própria pessoa jurídica pode ser autora desse crime, embora parte dos autores do direito penal sejam contra, mas é o estado da arte internacional.

E eu tive a oportunidade de participar de alguns debates e propor que isso fosse expandido também para as violações dos direitos humanos, crimes de violações dos direitos humanos, e infelizmente isso não foi acolhido pela comissão de senadores na redação que foi apresentada agora para a votação ao plenário, mas ainda está em tempo eventualmente de recomendar ações ou de inflexões nesse sentido. Está se ampliando o hall de possibilidades para casos de corrupção e para outros casos, mas não se incluiu a figura da violação de direitos humanos, lamentavelmente.

Isso não afasta, evidentemente, a responsabilidade pessoal das pessoas físicas que participaram desse processo.

No Brasil, eu posso falar que pelo ministério público não está no nosso momento ainda um trabalho nesse sentido, por que nós estamos numa fase muito anterior, nós estamos tentando vencer as barreiras criadas pelo judiciário brasileiro e pela política brasileira, para a responsabilização dos perpetradores diretos; dos torturadores, dos comandantes, ou seja, estamos numa fase inicial, mas é evidente que esse é um assunto que remanescerá e esperamos que possa chegar o momento de uma atuação para uma responsabilização individual e também corporativa, como está hoje a Argentina. A Argentina, com um avanço enorme na prática de violações, a ultima fronteira que os procuradores, os fiscais argentinos estão adotando agora é a responsabilização das empresas e a responsabilização também de agentes públicos e do poder judiciário, e do próprio ministério público. Está em andamento em Mendoza o primeiro caso desses, onde quatro autoridades do poder judiciário, inclusive juízes, estão sendo processados, juízes que ainda estão na ativa, isso é muito interessante, né, eles não foram expurgados com o fim da ditadura e eles estão sendo processados na atualidade, embora ainda sejam juízes pela sua colaboração ao tempo da ditadura.

Pois bem, eu não vou entrar na parte de analisar as condutas que nós temos conhecimento sobre matéria de fato do Brasil, por que me parece que temos aqui outros estudos muito mais aprofundados neste sentido e eu estou já esgotando meu tempo, então eu, com esta contribuição inicial, é o que eu queria oferecer de subsídio nesse momento para os trabalhos, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Eu devia ter dito antes, mas eu peço desculpas, o Marlon Alberto Weichert, Dr. Marlon, é Procurador Geral da República, ingressou no Ministério Público Federal em 1995 na função de procurador da República em São Paulo.

Sua principal área de atuação tem sido a tutela coletiva dos direitos fundamentais, com ênfase na proteção do direito à saúde e nas questões relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar. De 1998 a 2000 exerceu a função de procurador regional dos direitos do cidadão. Nessa época, deu início no Ministério Público Federal aos trabalhos relacionados à localização dos restos mortais de desaparecidos políticos.

Agora são 10h35, tem mais três: o Jorge José de Melo, o Pedro Henrique Pedreira Campos e a Denise Assis. Todos poderão permanecer pela manhã, independente da ordem? Tudo bem? Então, eu gostaria de passar a palavra...

Pode falar, fala no microfone. Como a Denise, esteve conosco aqui na Comissão da Verdade discorrendo sobre o caso daquela investigação da madre Maurina, fez um belíssimo trabalho por sinal, o irmão da madre Maurina fez uma síntese, não sei se você recebeu, de tudo que se fez sobre madre Maurina no país, vou te mandar. Então, com a palavra a nossa querida Denise Assis, jornalista, roteirista, pesquisadora. Trabalhou nos principais veículos de comunicação do país. Não vou citar o primeiro, porque isso aí pode complicar...

**A SRA. DENISE ASSIS –** (Risadas) Já me comprometeu.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Trabalhou na “Veja”... Outro tempo, né, não pertencia ao grupo de empresas da África do Sul que patrocinou o Apartheid naquela época... Vamos lá, desculpe a dispersão.

“Veja”, “IstoÉ”, “O Globo” e “Jornal do Brasil”. Como editora do caderno de educação de “O Dia”, recebeu o prêmio Ayrton Senna de Jornalismo na categoria de Veículo do Ano.

Colaborou com revistas econômicas como “Carta Capital”, “Exame” e “Rumos”, além da revista “Lidas” do Ministério do Trabalho, e da revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas.

Suas reportagens investigativas e pesquisas na área dos Direitos Humanos resultaram no livro “Propaganda e cinema a serviço do Golpe **–** 1962/1964”, lançado pela Editora Mauad, em 2001.

Como assessora de imprensa, coordenou as assessorias das secretarias de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia e FAPERJ, tendo sido também assessora da Unesco no Rio, da ANS, e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Escreveu roteiros de documentários para a produtora Luiz Carlos Barreto e tem o título de Jornalista Amiga da Criança, concedido pela Andi (Agência Nacional dos Direitos da Infância).

Com a palavra, Denise Assis.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Bom dia a todos. Eu quero agradecer o convite. Me sinto até lisonjeada por estar no meio de grandes nomes da pesquisa, principalmente, cumprimentar o procurador por seu trabalho, e dizer o seguinte.

A minha pesquisa sobre o IPES foi o resultado de um trabalho como repórter, em que eu estava fazendo um levantamento para uma reportagem sobre o Golbery, e eu localizei no arquivo do Golbery um documento que citava um conjunto de filmes do IPES.

E na época eu liguei para o René Dreifuss e perguntei se ele tinha conhecimento e, obviamente, que ele já tinha citado no livro dele, e eu me debrucei sobre o livro dele para aprofundar e ver o que ele já tinha falado sobre o assunto para eu não esbarrar naquela mesma... chover no molhado, como se diz.

E ali eu tive uma crise porque, ao mergulhar no livro dele eu fui à casa dele e falei: “Eu não vou escrever mais nada, você esgotou o assunto”. Aí ele falou: “Não, traga o que você tem para eu ver se, de fato, você tem motivo para estar nessa crise”.

Quando levei o material, ele falou: “jamais coloquei as mãos sobre esse conjunto de filmes. Eu sabia que eles existiam e a maneira como eles tinham sido feitos, mas você é a primeira pessoa que faz essa leitura de que os filmes são um conjunto e uma peça de convencimento, e você precisa contextualizar isso, escreva um livro”.

Então, eu me debrucei sobre o conjunto de filmes que, lamentavelmente, eu ia exibir o filme “A boa empresa”, mas nós estamos com um problema.

**A SRA. –** (Voz fora do microfone) Quando você terminar a apresentação, vou tentar rodar aqui dentro. Tem que desconectar os cabos.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Certo. Eu trouxe para apresentar um dos filmes para vocês, que tem 10 minutos. É um conjunto de 14, com 10 minutos cada um.

A prática desse convencimento era financiada, e aí entramos no nosso tema de hoje, pelos empresários, os principais empresários do país e, principalmente, por setores.

Para vocês terem uma ideia, em 1963 eram destinados mensalmente 4 milhões para o IPES para a produção de 15 programas semanais de TV.

**O SR. –** Que moeda, dólar?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Sim, eu tinha até comentado antes, no início ali, que eu pedi para a Maria Lúcia Fattorelli converter as moedas para o dia de hoje, mas ao converter nós tropeçamos nas cambalhotas do dinheiro que vai subtraindo os zeros. Então, aos dias de hoje, ela converteu em reais e fica um valor muito pueril, não bate com o montante de época. O ideal teria sido dolarizar, e eu não fiz esse trabalho.

Mas enfim, a gente pode fazer isso depois, são 4 milhões em 963 mil. Desse conjunto de empresas, eram 125... 4 milhões de cruzeiros, da época. Esse conjunto de 125 empresas contribuíam com quantias variadas.

Por exemplo, em 1963, a indústria de São Paulo contribuía mensalmente com 1 milhão e 280 mil; a indústria da Guanabara com 560 mil; o comércio de São Paulo com 560 mil, bancos, 160 mil mensais; seguradoras; enfim, era um conjunto bastante expressivo, um valor muito alto de dinheiro e eles eram utilizados na compra de espaço na mídia, na confecção de programas de televisão, ao valor de 500 mil só para serem veiculados, eram pagos nas principais TVs: TV Excelsior, TV Cultura, TV Record, TV Tupi e TV Rio.

Esses espaços eram comprados ao peso de 500 mil por semana para que, de 1962 a 1964 fosse plantado no seio da sociedade o sentimento da insatisfação.

Esse discurso era passado, através dos roteiros do José Rubem Fonseca, as redatoras eram a Nélida Piñon e a Rachel de Queiroz e um grupo de peso de jornalistas cariocas que incluíam aí o Wilson Figueiredo e outros nomes de expressão da época, Nilo Dante, muitas pessoas de expressão no jornalismo. Eles trabalhavam nesses roteiros e também na elaboração de cartas que eram enviadas às empresas para solicitar esse aporte financeiro.

Chegou-se então ao final, na época, no Golpe com praticamente todo o país coberto pela exibição de filmes em caminhões que eram cedidos pela Anfavea e os projetores, que eram cedidos pela Mesbla.

Então, eram acoplados esses projetores nas carrocerias desses caminhões e eram levados a praças do interior, clube de serviços, horários de almoço das empresas, e enquanto isso essa ideologia do Golpe ia sendo disseminada.

É interessante notar no discurso, é uma pena que o DVD não tenha rodado, porque em momento algum eles diziam frontalmente “vamos derrubar o Jango” ou “o Jango não está fazendo um bom governo”.

O que se fazia era: “o setor tal está precário, o setor tal está sem recurso do governo”, e com isso eles iam fomentando esse sentimento de insatisfação, e a insatisfação nas ruas sem liderança basta que alguém diga uma palavra de ordem e pegue na mão aquela massa para levar onde queira. E foi assim que eles conseguiram chegar a 1964 com pleno domínio da opinião pública no sentido de incutir que o país estava o caos.

Eu conversei com o líder eletricitário da época que me disse que eles eram pagos pelo IPES para desligar a luz às 19h, que era a hora da novela, para que as mulheres dos coronéis, dos empresários e da classe média, fizessem aquela grita dentro de casa, que era um descalabro não ter luz, e isso ia gerando a revolta.

E essas mesmas mulheres se propuseram a se reunirem na igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, fundando a CAMDE, que é a Campanha da Mulher pela Democracia, e sendo o braço feminino dos maridos empresários na disseminação da ideia do Golpe. Como: levando panfletos, junto com doações e serviços para comunidades carentes, igrejas, paróquias, elas levavam os pacotes das doações americanas da aliança para o progresso e, nessas paróquias, elas também davam cursos de culinária, como cuidar do seu bebê, e ali elas falavam para aquelas mulheres da comunidade, cujos maridos costumavam ser lideranças sindicais, e elas iam virando a opinião dos maridos.

Então, era um trabalho muito bem urdido, com um financiamento astronômico, como vocês... Acho que não rodou. Podia passar, por favor, o quadrinho? Esse é o quadro dos setores e as doações mensais. Pode ir avançando, por favor. Das 125 empresas fixas de doadoras do IPES, porque tinha aquelas flutuantes, essas cinco foram as principais.

Para se ter ideia, a Light, mesmo no declínio do IPES já quase ao fechar as portas, ela doava ainda... vou trocar o exemplo, a Icomi, por exemplo, ainda doava 27 mil mensais para o IPES. Elas caíram em desgraça porque o governo, ao tomar o poder e instituir à força, para as multinacionais, quer dizer, usar de todo peso de seu poder, ele também encampou muitas dessas empresas, como a Docas, por exemplo, que depois acabou na bancarrota.

Mas, enfim, a prática era se reunir no IPES, editarem livros, panfletos, filmes, programas de TV...

Pode trocar a apresentação, por favor? Ali tem a lista detalhada das empresas todas que contribuíram já no final, porque as doações iniciais precisavam ser feitas para que o Golpe fosse colocado na rua e fosse colocado em marcha.

Já em 1971, com todo o aparato repressivo precisando ser montado, o IPES perdeu um pouco a razão de ser, porque ele foi gerado para ser o ovo da serpente do Golpe. O Golpe colocado na rua, saindo vitorioso e todas as ideias já disseminadas e implantadas, agora era o momento de se criar o aparelho repressivo, então, as doações iniciais que iriam para o IPES foram carreadas para a Oban e para outros aparatos que precisavam sustentar aquele governo forte e repressivo.

Uma ideia que costuma me incomodar bastante...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Tem como dar um *zoom* nessas imagens aí?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Sim. Essa é a lista de pessoas físicas...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Na anterior e essa?

**A SRA. DENISE ASSIS –** É, por favor. Eu fiz questão de colocar também uma lista de pessoas físicas, essas aí são as empresas. E vocês veem que todos os veículos de comunicação: “Jornal do Brasil”, “O Globo”, Editora Vecchi, que era uma editora forte na época, uma gráfica poderosa, não só participavam com a doação em dinheiro, como também cedendo os seus espaços editoriais e rodando material, panfletos, revistas e o que mais eles precisassem.

A operação financeira era feita através do José Luiz Moreira, que era o herdeiro da Ducal, aquela rede de magazines da época, e que também era diretor da Denison Propaganda. A Denison conseguiu organizar um pool de agências de publicidade para onde eram carreados os recursos vindos da CIA, em dólar, esse dólar era lavado nesse pool de agências de publicidade com a fachada de que eles seriam usados na divulgação do programa Aliança para o Progresso. Aliança para o Progresso, vocês sabem claro, estou aqui com doutos no assunto, era um programa americano, voltado para a América Latina, para desenvolver a região e também cooptar, para que continuasse uma região aliada e próxima dos Estados Unidos. Essas doações iam para as agências de publicidade sob a forma de dólar em dinheiro e para as paróquias, levados por essas mulheres, como eu já disse, ligadas à Igreja.

A Igreja também teve grande participação, cedendo instalações e prédios, que eram dela, para que pudessem funcionar cursos de formação de quadros da Direita, e cursos desse tipo de atividade das mulheres, e também fazendo reuniões em suas salas paroquiais para exibição de filmes do IPES, desses filmes de convencimento do Golpe, e outros filmes de interesse da Direita da época, porque eles tinham uma seleção de livros e filmes que serviam à causa.

Uma coisa que me chamou a atenção e eu resolvi trazer para vocês, eu acho até que eu coloquei no texto que enviei para a Dra. Rosa, é uma reportagem da revista “Fortune”, que circulou, eu disse no e-mail que enviei para a senhora que era em abril, mas não foi, ela circulou em setembro, fazendo um balanço da atividade dos empresários no IPES e no Golpe. Então, ao fazer esse balanço, ela história que foram os empresários paulistas, a ideia do IPES foi levada pelos empresários paulistas, e foi encampada no Rio, começou aqui, foi para Porto Alegre e Minas Gerais. E o IPES ficou muito forte no Rio porque lá estavam os principais veículos de mídia, e o Rio era o tambor de ressonância dessas ideias. Mas, efetivamente, a massa financeira maior saía de São Paulo.

Então, aqui nesse balanço que a Fortune faz, ela fala em 400 empresas que contribuíam num fluxo de caixa de não menos que 500 mil. Eu diria que foi muito mais, porque a gente tem aí nessa listagem as quantias muito maiores que isso. Ela cita também, essa reportagem, que o Paulo Ayres Filho era um grande representante da indústria farmacêutica, e junto com o Sr. Júlio Mesquita Filho, eles foram os compradores das armas leves que foram levadas para o Ibad para a possível resistência ao Golpe.

Aí é preciso fazer uma distinção em que esse complexo IPES /Ibad era distinto da seguinte forma: o IPES era aquela fachada de Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais, que se reunia para discutir os rumos do país, e o Ibad era onde havia uma resistência política de ultra Direita ao Jango, o tempo todo, criando uma espécie de governo paralelo, onde reunia também os deputados da ultra Direita que foram financiados pelos americanos nas suas campanhas. O Ibad, na verdade, era o braço armado do IPES, era para onde iam as metralhadoras leves, as granadas, as pistolas compradas pelo Sr. Júlio Mesquita e Paulo Ayres Filho, para que fossem sendo estocadas lá na intenção de que se houvesse uma reação ao Golpe eles distribuiriam essas armas para a população revidar.

Todo esse movimento durou de 1962 a 1964, e tinha também a figura do coronel Rubens Resstel, que fazia a ponte entre o Exército, o IPES e a Igreja.

Então, ele fazia essa costura das fileiras do Exército para essa sociedade civil. Vale lembrar que a Cruzeiro do Sul, além de financiar com passagens essas palestras, levando, transportando esses palestrantes de um lugar para o outro, eu ouvi da Sra. Eudóxia Ribeiro Dantas que era casada com o presidente da Cruzeiro do Sul, que ela passou a noite de 31 para 1º de abril, organizando o estoque de passagens para os tenentes que foram à casa dela buscar as passagens preventivamente, porque se houvesse reação nas capitais eles teriam como se deslocar imediatamente pelos aviões da Cruzeiro para liderar as tropas nos Estados.

**O SR. IVAN SEIXAS –** A Cruzeiro comprou as rotas internacionais da Panair, né?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Exatamente, ela herdou o espólio da Panair, que entrou em desgraça...

**O SR. IVAN SEIXAS –** Que era o acordo dele, financiar o Golpe e, em retribuição receber as rotas internacionais da Panair.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Exatamente. Outro grande financiador e apoiador foi o Sr. Gilberto Huber, que era o proprietário da Listas Telefônicas e que, em troca disso, ele detinha 70% do mercado de catálogos telefônicos.

Então, não só o apoio era ideológico, como também havia um interesse financeiro, de retorno.

É importante também observar que nunca na história os empresários se atiraram de uma forma tão agressiva na política, sem se importar de mostrar a sua cara e de atuar deliberadamente nessa conspiração como no Golpe de 1964.

Senhor Ademar de Barros, o governador fazia parte desse grupo, o Flávio Galvão, que era o advogado do “Estadão” e, depois com o desdobramento, que tudo isso era tramado, evidentemente, com o Sr. Lincoln Gordon, com o desdobramento, a vitória e a montagem do aparelho repressivo, o IPES, que mantinha uma equipe de quase 500 pesquisadores da vida alheia, conseguiu arrebanhar todo esse arquivo e formar o SNI, que foi fundado em junho...

Exatamente, foi denunciado pelo Rubens Paiva, daí ele pagou com a vida...

E foi levado para Brasília dando origem ao SNI. O SNI foi financiado então, em sua origem, pelos empresários que se reuniram no IPES.

Deixa eu ver o que mais a gente pode... Eu tinha preparado uma fala mais ampla e mais ideologizada, mas diante dessa plateia altamente...

**O SR. –** Autoconvencida.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Autoconvencida, não só isso, gabaritada e pesquisadora do assunto, a questão se perde aí.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** E o Antunes, Denise? O Antunes, da Icomi, aquele grupo de mineração da Serra do Navio, aquele pessoal. Não aparece aí?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Sim, total, ele está entre as cinco mais importantes financiadoras. Era o Petróleo União, o Icomi, a Listas Telefônicas, a Light e a LTB, já falei, quem mais? Cruzeiro do Sul, exatamente. Então, eles entraram firme nesse financiamento.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** E o Supremo Tribunal Federal devolvendo dinheiro para a Varig e a Cruzeiro do Sul, que vergonha.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Pois é, e o dinheiro do Golpe. E que foi verba mal versada.

**O SR. –** O meu medo é esse, pois eles pagarem indenização aos trabalhadores é uma coisa, porque essa é a alegação, mas se isso voltar para o bolso dos empresários, como o Garnero, aí complica.

**A SRA. DENISE ASSIS –** O filme está sem som?

**A SRA. –** Ele está com dez minutos, só que eu não consigo pegar e avançar...

**A SRA. DENISE ASSIS –** Ah, então passa o primeiro, que eu acho que já dá uma ideia boa do tom da conspiração.

**O SR. –** A gente está tentando dividir e botar título.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Entendi, mas não tem problema. Põe esse primeiro. Esse primeiro é interessante porque ele tem um discurso tão agressivo que ele mistura Fidel Castro, Hitler, tudo num mesmo pacote em nome de passar para o grande público a ideia do medo. Eles chegam ao absurdo de exibir cenas que nunca jornal ou nenhuma TV exibiria de corpos em decomposição, da invasão da Tchecoslováquia e da Hungria, para mostrar como os comunistas agem. O narrador oficial era Luis Jatobá.

\*\*\*

- É feita a exibição do vídeo

\*\*\*

**A SRA. DENISE ASSIS –** Esse conjunto de 14 filmes foi feito para ser levado para a população com esse discurso que vocês viram, e tem discurso para todos os setores, tem para os estudantes.

O bordão para os estudantes é “Deixem o estudante estudar”, então, ele não podia pensar, a função dele era só estudar. E o discurso da boa empresa, que foi o que eu selecionei mas, por acaso, ele está mais para o final, era exatamente conclamando aos empresários para que atuassem e fizessem a sua intervenção de elite, como esse apelo final.

O Jean Manzon era o melhor fotógrafo da época e diretor de cinema. Ele, depois do golpe, recebia verbas do governo para fazer documentários ufanistas, mas nesse conjunto de filmes ele usou o melhor equipamento, que ele mandou vir da França, foi ele o primeiro a usar gruas aéreas nas filmagens e o melhor equipamento de som ambiente, porque a grande dificuldade do cinema brasileiro sempre foi o som, e ele trouxe aqueles microfones que cortam o vento e toda essa tecnologia de ponta para os filmes dele.

E o interessante, só uma curiosidade, ele usava figurantes entre os próprios funcionários do IPES, alguns serviam de figurantes nesses filmes, ele chegou a pagar um cachê de 5 mil cruzeiros, na época, para o diretor do departamento pessoal, Domício da Gama, fazer figuração entrando no bar.

E foram esses filmes que foram recuperados em 2001, quando eu os encontrei já dentro de latas, todos colados com aquele craquelê, e a Faperj me financiou a recuperação dos filmes, e eles hoje se encontram à disposição no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro para pesquisadores, porque eles ficavam clandestinos.

Qual era a tese do arquivo nacional?

É que como não conheciam a autoria dos filmes, eles não poderiam ser exibidos na sala de pesquisa porque se fossem do Jean Manzon poderiam sobre um processo da família. E eu consegui provar que eles estavam dentro do material doado pelo IPES, quem doou é dono, quem financiou também é dono, então, quem recebe tem o direito de exibir, e com essa tese eu consegui que eles fossem exibidos.

Então, eu tenho um particular orgulho de ter dado essa contribuição para que esse momento de conspiração registrado não ficasse esquecido.

Bom, senhores, eu acho que é isso.

Eu gostaria de acrescentar o seguinte, como um trabalho da Comissão da Verdade do Rio, a qual eu integro, eu estou nesse momento iniciando uma investigação, eu diria que quase paralela, porque a minha frente de trabalho são os desaparecidos políticos, mas quando a gente tropeça com uma informação de importância, você não pode abandoná-la, e eu consegui agora cruzar a aliança feita entre a Igreja, a maçonaria e a Scuderia Le Coq, que se juntaram, fizeram um pool não só de financiamento, como de treinamento e apoio total à ação repressiva no Rio de Janeiro. Então, de que maneira isso se dava? Quem entrava para a Scuderia Le Coq...

**O SR. IVAN SEIXAS –** O Esquadrão da Morte.

**A SRA. DENISE ASSIS –** O Esquadrão da Morte... Era convidado para integrar a maçonaria.

Lá, ele era bem tratado, recebia apoio financeiro e era aconselhado a se filiar à Irmandade Santa Cruz dos Militares e passava a receber, também, um soldo, para colaborar com o SNI. E dali surgiu os arapongas e os treinamentos...

**O SR. IVAN SEIXAS –** E essa Irmandade Cruz dos Militares é a que sustenta hoje ainda os militares.

**A SRA. DENISE ASSIS –** A Santa Cruz dos Militares ainda é sustentada pela Igreja e ainda sustenta os arapongas aposentados e sem salário. Eles destinam para eles um soldo.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** É em que ano isso que você está falando?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Essa movimentação começou já em 1968, a partir do endurecimento do regime. Tanto assim que o prédio do Angu do Gomes, do restaurante onde se reuniam os principais cabeças lá da repressão, das três armas e tal, funciona num prédio da Ordem Terceira, bem como a Liga das Escolas de Samba, que é a cúpula do Jogo do Bicho organizado peloCapitão Guimarães, que é egresso do DOI-CODI, e lá essa irmandade também foi responsável pela compra e importação de metralhadoras para o DOI-CODI na execução dos militantes na guerrilha urbana.

Então, eu estou iniciando essa investigação agora, e uma coisa interessante eu achei no Aperj, no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, um documento de um araponga, que já estava integrando a maçonaria, reclamando que os colegas dele do DOPS já tinha presenciado pessoas defendendo ideias de Esquerda dentro da maçonaria. E a partir dessa denúncia dele o Grão-mestre da maçonaria é expulso

**O SR. IVAN SEIXAS –** Grão-mestre?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Grão-mestre. Então, realmente, esse enraizamento existiu e eu não tive dúvida quando encontrei esse documento.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Eu tenho relatos que os repressores, os grandes coronéis, tal, são todos membros da maçonaria, se falam através da maçonaria, inclusive.

**A SRA. DENISE ASSIS –** É, eu estou caminhando nessa...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Denise, concluiu?

**A SRA. DENISE ASSIS –** Sim, concluí, espero ter trazido alguma novidade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ótimo, muito bom, excelente. Dá para salvar todo esse material? Está salvo tudo, inclusive as tabelas? Ótimo. Quem agora vem? Quem você sugere, Neto, o Jorge José de Melo?

**O SR. –** Quem for falar mal de empreiteira escolha aí. (Risadas)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Jorge José de Melo é mestre em História Social da Universidade Federal Fluminense, com a dissertação de título “Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971”; pós-graduado pela Universidade Cândido Mendes em História Contemporânea, graduado em Comunicação – Jornalismo pela Universidade federal do Rio de Janeiro, atualmente é editor-executivo do programa “Conexão Futura”, do canal Futura, da Fundação Roberto Marinho. Com a palavra Jorge José de Melo.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Bom, primeiro eu queria agradecer o convite que me honra muito e é um prazer poder colaborar, mesmo que modestamente, com a Comissão.

Antes de começar, eu queria só fazer algumas lembranças que acho que são importantes. Na realidade, eu sou jornalista de formação há mais de 30 anos e, na realidade, a minha dissertação foi fruto do trabalho que eu fiz com esse filme que é o “Cidadão Boilesen”, que era um sonho antigo de um amigo meu de infância, que durante muito tempo tentou levantar recursos para o trabalho e nunca conseguiu, até que em 2005 um grupo de amigos resolveu juntar e fazer o filme. Ele gastou uma boa grana que ele tinha guardada e uns amigos o ajudaram a fazer o filme.

Então, a partir do material que foi reunido para o filme, eu conversando com a professora Denise Rollemberg, que é uma pesquisadora da ditadura militar, ela sugeriu que eu fizesse uma dissertação.

Eu fiquei um pouco receoso porque não é a minha praia, mas com o apoio dela, que foi a minha orientadora, e de vários amigos, eu consegui desenvolver o trabalho, porque eu até achei que era importante, a medida que eu fui fazendo a pesquisa do filme, eu fui me batendo com muitas informações que eu acho que são relevantes e era importante que tivesse uma reflexão sobre isso.

Não sei se eu fiz bem ou não, mas acho que, talvez, a maior qualidade do meu trabalho seja ter levantado muitas pontas. Porque eu acho que o material sobre a colaboração dos empresários está cercado por um muro de ferro, porque ninguém fala, ninguém quer falar, e foi muito difícil.

Ainda no trabalho para o filme, eu conversei com cerca de 60, 70 pessoas, conseguimos gravar com umas 20 mais ou menos. Obviamente que o pessoal da Esquerda foi sempre solícito, inclusive cheguei a conversar com o Ivan que deu boas dicas para o filme, mas, na Direita foi muito difícil. Eu tentei falar, por exemplo, com o Delfim Netto várias e várias vezes, usei, inclusive, amigos que tinham trabalhado na cobertura de economia e que conheciam ele e não foi possível. Também cerquei um dia o Romeu Tuma, peguei ele pelo braço, e ele me disse que a maior homenagem que ele poderia fazer para o Boilesen era não falar. Então, foi por aí.

Como eu tenho apenas 20 minutos, eu selecionei algumas falas que eu acho que são bem contundentes e são muito reveladoras. Milena, você poderia rodar as falas, por favor?

\*\*\*

- É feita a exibição do vídeo

\*\*\*

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Pode botar a primeira tela de texto, por favor.

Bom, então, essa entrevista foi, talvez, uma das mais importantes do filme e também do meu trabalho porque nessa entrevista do ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, ele dá, mais ou menos, a origem desse grupo que viria a colaborar financeiramente com a formação da Oban.

Esse grupo se forma um pouco antes do Golpe militar, porque já no início de 1964, preocupados com a possibilidade de o João Goulart e o Brizola organizarem uma resistência ao Golpe, que já estava definido, eles viram que o 2º Exército estava muito desguarnecido de material.

Então eles fizeram uma vaquinha, que ele fala aí, e ele reequiparam todo o 2º Exército, preparando o 2º Exército para essa possibilidade, que acabou não acontecendo.

Esses empresários, em geral, se reuniam no gabinete do Paulo Egydio e na véspera do Golpe, eles estavam reunidos lá quando eles souberam, segundo ele fala em precipitação, porque a data exata do Golpe era lá para o dia 5 ou 6 de abril, talvez um pouco depois. Então, ele fala em precipitação porque o Mourão Filho desce de Juiz de Fora e eles são surpreendidos com essa ideia. E nesse dia eles vão em casa, pegam as armas e, segundo ele conta, 60 empresários dormiram no gabinete dele esperando a reação que não houve.

Esse grupo, que se constituiu nessa época, foi se dividindo de acordo com as divisões ideológicas. Tinha um pessoal, como eles chamam, mais equilibrados e tinha um pessoal mais desequilibrado. Esse pessoal mais desequilibrado acabou sendo a origem do CCC, e o Boilesen, segundo ele mesmo diz, constituiu um grupo isolado que, segundo ele também, foi responsável por várias ações armadas contra os comunistas. Imagino que não tenham sido identificados, até porque eles tinham uma estrutura muito boa, mas esse grupo do Boilesen fez várias ações armadas.

Quando começaram as primeiras ações da Esquerda armada, esse grupo procurou, segundo várias informações, inclusive de um coronel do Exército que chamava-se Tarcísio de Ferreira, que era um “revolucionário de última hora”, entre aspas, mas que acabou ao longo da ditadura civil-militar, se desentendendo, tendo uma série de áreas de atrito.

Segundo ele, a iniciativa de formar um grupo que pudesse conter a luta armada no Brasil foi dos próprios empresários.

É interessante que no final tem um trecho de uma fala do ex-presidente Ernesto Geisel, que está em um dos livros do Gaspari, que ele fala exatamente assim, que a Oban foi uma iniciativa do empresariado paulista, mas que, ao mesmo tempo ela foi encampada pelo Exército.

Porque eles estavam preocupados por duas questões: a primeira era aquela ideia do Brasil grande e, na época, São Paulo tinha 40% do PIB brasileiro. Depois, com o fim da ditadura, os governos e a própria estrutura, Banco Central, foram desenvolvendo políticas para diminuir a importância de São Paulo.

Mas, naquele período, havia uma ideologia paulista que rememorava a Revolução de 1932, um grupo muito orgulhoso de ser paulista, da “locomotiva do país”, separatista, inclusive, que achou que naquele momento São Paulo tinha que tomar uma decisão.

Por isso a Oban foi criada em São Paulo e acabou sendo um modelo copiado no Brasil inteiro. E, além do mais, por quê?

Porque aqui em São Paulo tinha a ALN, que era uma organização que assustava, você tinha o Marighella, que era considerado pelo aparelho repressivo o único cara capaz de unificar e ter apoio externo para sustentar uma luta de longo prazo, e você tinha a própria, vamos dizer assim, mecânica do Exército que era o Lamarca, que tinha fugido do Exército e era um cara que tinha uma experiência militar muito grande, então São Paulo, de alguma maneira, foi um lugar escolhido para essa experiência e por que, num primeiro momento da luta armada, São Paulo foi o centro das principais ações, inclusive ações de ataque a quartéis. Então, a origem, eu acho que talvez valha ouviu o ex-governador, a gente ouviu ele em 2008, ele estava bem lúcido e, inclusive, animadíssimo. Paulo Egydio, que foi, talvez, uma das melhores entrevistas que a gente fez.

O Jorge Ferreira, que é um pesquisador da UFF do Rio de Janeiro, também levanta essa ideia da iniciativa, eu botei até um trecho que ele levanta, da iniciativa desse empresariado paulista com relação à estruturação de um órgão que realmente desse cabo rapidamente da luta armada. Milena, você pode passar a página por favor?

Bom, o Boilesen, para quem não conhece, eu acho que todo mundo conhece um pouco, era um dinamarquês formado em contabilidade, que veio para o Brasil em 1939 e começou trabalhando na Pirelli, ele era contador, formado em contabilidade, mas fez uma carreira meteórica, primeiro, na Pirelli, e depois na Ultragaz. Na Ultragaz, ele foi contratado pelo Ernesto Igel, que era o fundador da empresa, mas ficou muito amigo do Peri Igel, que era o filho do Ernesto.

Muita gente fala, inclusive eu coloquei porque é uma coisa reconhecida que todo mundo fala, na realidade, o Boilesen não era um empresário, ele era um executivo extremamente bem sucedido, bem remunerado, chegou inclusive a enriquecer com o trabalho dele, mas ele não era o dono da empresa, ele era o executivo.

Só que ele era muito ambicioso e foi encarregado de fazer todas as ligações da Ultragaz, que foi um grupo que nesse período cresceu muito. Inclusive, o Boilesen preparou o Grupo Ultra para assumir parte do projeto petroquímico brasileiro. Foi aí que eles deram o grande salto, exatamente nesse período entre 1969 e 1971.

Só que, na minha opinião, depois de várias conversas com várias pessoas, provavelmente o Peri Igel, na estrutura de financiamento da Oban, era uma pessoa mais importante do que o próprio Boilesen.

Outra coisa, havia um grande número de empresários que colaboravam pelo montante do dinheiro e pela estrutura que foi montada, que era uma estrutura extremamente moderna e cara, tudo indica que houvesse um grupo razoavelmente grande de empresários. Só que esse grupo não há documentos, e, obviamente, que ninguém fala no assunto. A morte do Boilesen, de uma maneira, foi bom para os empresários que colaboravam porque toda questão da colaboração ficou centrada nele.

Agora estão começando algumas pesquisas, com a liberação de alguns documentos, acho que a gente pode chegar a informações.

Mas a gente teve muita dificuldade de levantar questões, documentos, alguma coisa que provasse. Todo o material que a gente fez foi através de depoimentos.

E até agora tinha me surpreendido muito a questão do Erasmo Dias citar o Júlio Mesquita, mas depois da intervenção da Denise ficou extremamente claro para mim a posição dele. O Erasmo também cita o Luís Bueno Vidigal, que foi depor.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Ele começou a Oban com 300 mil reais. Quer dizer...

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Não, mas aí são dois, o Ferraz que é um jornalista que ele... o Gastão, o Gastão, segundo ficou claro para mim, o gastão foi, realmente, o cabeça da colaboração. E é muito interessante esse depoimento porque o Ferraz chegou a trabalhar um tempo com o Dr. Gastão, e ele fala que nos encontros o Delfim ia, falava um pouco da economia, e sempre alertava para o perigo de que a luta armada, inclusive com a imagem do país no exterior, era para os planos econômicos. Então, o Gastão, de alguma maneira, foi o idealizador... O Gaspari também diz isso, que o Gastão foi o idealizador dessa vaquinha, que até ele fala, para montar a Oban.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Desculpa, mas faltou eu dizer isso.

Essa matéria da Fortune teve a intenção de acordar o empresariado americano para investir no Brasil, porque o discurso dessa matéria era o seguinte: demos apoio, o país cumpriu, fez o dever de casa, agora está na hora de nós fazermos o nosso, retribuir, dando apoio, investindo para que esse governo de consolide.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Obrigado.

Outra questão que ficou clara para mim na pesquisa era a seguinte, havia vários níveis de envolvimento com a colaboração com a Oban.

Na época, a economia era muito centralizada, quer dizer, dificilmente o empresário naquela época teria condições de crescer com a sua empresa se ele não tivesse alguma ligação, alguma linha direta com o governo federal.

Então, mesmo empresários que não eram muito favoráveis ao regime, de alguma maneira colaboraram. Obviamente, que havia o Gastão, havia o Boilesen, havia um grande número deles que era ideológico, quer dizer, apoiava até por uma questão de crença naquele projeto, mas essa colaboração era de vários níveis e bastante razoável. Pode trocar a página, por favor.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Jorge.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Pode falar.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Ali você cita a criação do Centro de Integração Empresa-Escola. Só que existiu também um Centro de Integração Empresa-Exército, que fazia exatamente a oficialização dessa caixinha. Você tem mais informação? Acho que seria importantíssimo para a gente.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Na realidade, assim, eu tive... A gente chegou a procurar o Grupo de Mobilização do Empresariado Paulista, se eu não me engano, que era um grupo da época, a gente achou pouquíssima informação sobre isso.

Outra informação interessante, me deram o nome de um economista que se chamava, que seria um dos principais, eu procurei, rodei, levantei, e não encontrei nada sobre esse cara. Além do mais, outra informação é que seria o almirante Saldanha da Gama que fez um discurso incrível, inclusive falando da vingança que seria feita. Está lá no final, eu coloquei a parte dele. Também procurei informações sobre Saldanha da Gama, e acabei não encontrando.

Então, acho que esse Paulo Sawaia e esse grupo...

**O SR. IVAN SEIXAS –** Paulo Henrique Sawaia.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Paulo Henrique Sawaia, exatamente.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Ele era o operador do Delfim Netto, era funcionário, assessor do Delfim Netto no Ministério da Fazenda, e no livro de entrada e saída do DOPS tem ele entrando muitas vezes, apresentado ora como delegado, ora como segunda sessão do 2º Exército, e também como Ministério da Economia.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** E é impressionante como sumiram informações sobre esse cara. Eu procurei muito, nós procuramos muito...

**O SR. IVAN SEIXAS –** Eu já o vi, ele mora no Morumbi.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Liguei para pessoas que eu conheço, e eu como jornalista conheço pessoas de todos os lados, foi por isso, inclusive, que eu consegui que o Ustra gravasse, porque eu trabalhei com um jornalista que conhece ele, porque eu fiquei quatro meses ligando para ele, tentando uma entrevista, até que um dia, eu já tinha desistido e a mulher dele me ligou me dizendo que ele ia falar, porque ele tinha encontrado com esse cara que me conhecia, que falou “não, ele é um cara sério, o que ele combinar com você ele vai fazer”.

Então, ele não chegou a dar a entrevista, mas a gente mandou as perguntas por e-mail, e ele gravou respondendo as perguntas que a gente tinha gravado, e segundo ele, o Boilesen tinha ido uma única vez cumprimentá-lo no Natal. Quer dizer, acredite quem quiser.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Deixa eu fazer uma pergunta. Do Diário da Noite, aquela campanha “Ouro para o Bem do Brasil”, a TV Tupi, isso aí você não conseguiu nada, né?

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Na realidade, eu estudei o período do auge do Boilesen, que foi de 1969 a 1971. Em 1971 ele é assassinado, no dia 15 de abril.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Justiçado.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Justiçado, exatamente.

Ele é justiçado no dia 15 de abril, por um comando formado pelo MRT e pela ALN.

Então, eu peguei só esse período, que era um período em que ele era uma pessoa bastante poderosa, apesar de ser apenas um executivo, ele era uma pessoa bastante poderosa.

Pelas informações que a gente juntou, dois empresários declaradamente se negaram a colaborar que foram o Antônio Ermírio de Moraes e o José Mindlin. O José Mindlin tinha uma informação interessante, porque o seguinte, quando ele foi procurado, ele era diretor da Fiesp, e ele foi procurado no gabinete dele da Fiesp. Então, ele não disse claramente, mas deixou bastante claro que a movimentação... ele também não quis dizer o nome, imagino que seja o próprio Boilesen, mas ele deixou muito claro que essa movimentação do arrecadador na Fiesp era não só conhecida pela direção da Fiesp como liberada pela Fiesp.

Eu conversei na Fiesp com todo mundo que foi possível e não houve nenhuma possibilidade nem de uma conversa informal. Eu sei que eles têm alguns documentos que podem ser úteis, mas não houve nenhuma possibilidade de conversa.

Eu também tentei o pessoal do Grupo Ultra, que também não falou, não quer falar, dizem que não falam, mas é muito interessante porque eu descobri já no final da pesquisa, infelizmente, que tinha sido lançado em 1998 um livro sobre o Grupo Ultra e que não tem nenhuma referência ao Boilesen, que foi presidente da Ultragaz durante cinco ou seis anos, se não me engano.

Então, é aquela coisa que confirma, né. É impressionante que o cara tenha sido presidente num período, inclusive, que foi um período que o Grupo Ultra deu um salto econômico muito grande, então é estranho que não tenha nada sobre ele.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Na sua dissertação, você fala que ele foi do IPES. Tem alguma coisa disso? O Boilesen.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** O Boilesen foi do IPES, foi ativo no IPES.

Eu não quis colocar isso porque não era o centro da nossa questão, mas o Boilesen, inclusive, participou, deu apoio, isso está no livro do Dreifuss, se vocês quiserem depois eu posso mandar para vocês, ele participou da preparação de um Golpe na Bolívia. Com a experiência que ele tinha no Brasil, está no livro do Dreifuss. Eu não juntei porque achei que não ia dar tempo, tinha só 20 minutos, mas, inclusive, conta como feito o movimento, isso foi nos anos 1967, por aí. Ele participou dessa organização para o Golpe também na Bolívia.

Outra questão que é importante, todas as pessoas que participaram do atentado, da ação contra o Boilesen, foram mortas. Está aí o Ivan que sabe melhor do que eu dessa questão. E é interessante porque nos jornais no dia do enterro do Boilesen, um dos líderes militares dá uma declaração dizendo que o DOI-CODI e a Oban se encarregariam de achar os... Isso está no “Estadão”, se não me engano... Se encarregariam de achar as pessoas que tinham cometido o atentado, que havia civis querendo fazer isso, que isso não era competência deles. Isso está na reportagem que foi feita pelo Estadão. Pode passar para a última, por favor.

Eu botei ali no finalzinho, o documento que foi lançado na ação contra o Boilesen. Pode passar, por favor. Ali uma foto do Boilesen. Pode passar. E ali a declaração do Saldanha da Gama no enterro do Boilesen: “Não trouxemos flores, pois desejamos fazer outro tipo de oferenda. O presente que lhe trouxemos é o juramento de prosseguir na luta. Combatente Henning Albert Boilesen, presente”.

Quer dizer, eu não vou me estender mais porque, infelizmente, eu tenho menos informações do que eu gostaria de dar, mas as conclusões que eu cheguei com meu trabalho foram as seguintes:

Primeiro, esse grupo foi formado um pouco antes do Golpe, ele se armou bastante, a declaração do Paulo Egydio deixa isso bastante claro, e se dividiu em vários grupos, inclusive alguns grupos armados. E quando chegou a questão da luta armada, esse grupo, inclusive, realizou uma série de atentados armados.

E a questão da colaboração, que na minha opnião, quer dizer, o Boilesen era um cara, certamente, importante nessa estrutura, mas provavelmente não era o mais importante. É bem provável, quando novas informações forem divulgadas, nós vamos descobrir outras pessoas que eram tão importantes.

E é interessante que em vários e vários depoimentos há a presença do Delfim Netto, como a pessoa que foi o responsável pela ligação entre os empresários e o governo, e que é corroborada pela declaração do jornalista Silvio Ferraz, que está vivo ainda, mora no Rio de Janeiro, de que ouviu do Gastão Bueno Vidigal a afirmação de que nas reuniões do Clube Paulistano ele levava o Delfim que acabava sendo o intermediário das colaborações. Bom, eu espero ter colaborado com alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Está muito adiantado, mas o Paulo Egydio sempre foi representante de grupos banqueiros. Até o filho dele trabalha naquele banco, é o executivo maior daquele banco holandês. Qual era a origem empresarial do Paulo Egydio na época? Ele não era de um setor ligado a banco?

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Não, ele não era ligado a banco. Na realidade, ele se formou em engenharia no Rio de Janeiro e se casou com uma mulher que tinha... era um grupo empresarial muito forte aqui de São Paulo. Agora, não lembro, porque eu fiz essa dissertação em 2012, e acabei deixando ela um pouco de lado em função de outros trabalhos.

Mas ele casou com uma mulher que era herdeira de um grupo empresarial paulista e, segundo dizem, ele era uma pessoa muito bem preparada, tinha estudado bastante, estudou no exterior, era de uma família de engenheiros, de gente bem formada culturalmente, e ele se desenvolveu muito rapidamente aqui em São Paulo. Ele é paulista, mas ele estudou no Rio. Eu sei que ele era muito ligado ao Gastão Bueno Vidigal, que era banqueiro.

E foi interessante quando a Denise citou o Rubens Resstel.

O Rubens Resstel era um coronel do Exército e uma espécie de homem de ligação da conspiração, esse Rubens Rubens Resstel era o contato do Paulo Egydio com o Exército.

O Paulo Egydio disse que esse grupo que ele formou em São Paulo, isso que achei interessante, tinha um aspecto parecido com o IPES, mas que não era o IPES. Ele faz questão de deixar bem claro que ele não tinha ligação com o IPES, que esse era um grupo paulista que defendia, vamos dizer assim, uma posição de São Paulo, por São Paulo, como ele mesmo falou para mim, e eles se achavam, na realidade, responsáveis por evitar que a economia brasileira descambasse e que a luta armada pudesse, de alguma maneira, atrapalhar os investimentos que viriam de fora, que era o grande projeto deles, atrair recursos financeiros do exterior para incentivar a economia brasileira.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Só um aparte.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Diga o seu nome, é que tem se identificar para a gravação.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Eu sou o Pedro Campos, eu vou apresentar daqui a pouco a pesquisa sobre as empreiteiras, porque na minha tese eu foquei empresários da ditadura focando as empresas de construção, mas eu tento mapear também a presença dos empresários dentro do aparelho de Estado. Então, nisso eu fui a fontes primárias e secundárias e encontrei isso, o Paulo Egydio Martins é ligado ao grupo Comind, que é da família Binton, uma família tradicional aqui de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Comind é Banco do Commércio e Indústria, né? Comindo é abreviatura.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Isso.

**A SRA. DENISE ASSIS –** E eu ia também acrescentar que depois que saiu essa reportagem da Fortune, os empresários paulistas bateram boca, pela imprensa, com os cariocas, tentando captar a autoria da conspiração e toda a eficiência do Golpe a eles e não aos cariocas.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Logo após o golpe, isso também foi o Paulo Egydio que falou, houve uma divergência muito grande entre os cariocas e os paulistas com relação aos caminhos que seriam trilhados em seguida.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Uma questão de ordem só.

É meio-dia já, eu queria sugerir, acolhendo uma proposta do Neto, do Sebastião Neto, aqui da nossa secretaria executiva.

Claro que nós estamos fazendo algumas perguntas tópicas, observações, mas queríamos que esse debate fosse mais amplo para que a gente pudesse, inclusive, obter mais informações para o relatório que a gente vai fazer.

Então queria propor... nós vamos continuar ouvindo a última exposição maior, depois sugerir que nós ouvíssemos as exposições ainda de representantes do movimento sindical que nós temos aqui, que têm dados também, e que nós fizéssemos um debate à tarde. O almoço não sei como é que fica a questão...

Ah, é? Então eles vão poder sair, ir lá fora e comer alguma coisa. Então, depois à tarde teria um debate maior, tá bem?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Denise, para a tarde precisa, como o caso Panair foi bem documentado lá no Rio e tem documentário, e tal, e você falou muito de Cruzeiro do Sul...

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Precisa ficar claro como é que tem essa transição da falência intencional da Panair e as transferências das linhas, dos voos, de toda concessão para a Varig, e qual é a ligação que tem entre Cruzeiro do Sul e Varig, se era a mesma coisa e tal.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** No final elas se fundiram.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** É, então como a Panair até, aqui em São Paulo não muito...

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Chegaram a voar com o emblema Varig-Cruzeiro.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Depois, adiante, né?

Vamos lá, não é para discutir agora, mas, como no Rio a Panair já fez audiência com a Nacional, tudo, a Panair, embora aqui em São Paulo seja uma coisa pouco conhecida mas no Rio está bem documentada e a Nacional pegou, a transição Panair...

Porque como a Varig vem dos militares do Rio Grande do Sul, dos nazistas, dos alemães, aquela coisa toda do pessoal do Grêmio, depois vem a Cruzeiro do Sul, que é mais carioca, que é quem faz quase a expropriação, para ficar uma parte com os cariocas e a outra vai para os gaúchos, Rubem Berta, aquela coisa toda. Então isso acho que ficaria legal se à tarde pudesse ficar amarrado direito.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Talvez o Pedro Henrique possa nos ajudar também porque ele fala sobre esses deslocamentos, sobre essa presença do empresariado no aparelho de Estado e sobre deslocamentos.

Alguns que empurraram outros e que se situaram, se alojaram, se empoderaram.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Nesse meu texto eu faço um resumo bastante resumido, usando a licença para a redundância, mas aqui no meu livro tem bastante da história dos desdobramentos e momentos econômicos da Cruzeiro do Sul.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Então, mas sabe o que acontece? A diferença, o Ivan estava me chamando a atenção. Lá no Rio de Janeiro, a Comissão Estadual conseguiu esse financiamento da Faperj e está bem estruturada, aqui em São Paulo a gente está a pão seco e água e água barrenta.

Então, como esse capítulo das empresas, como aqui era muito forte, a pesquisa é fraca, nós não temos respaldo institucional. Então, precisa ver melhor essa troca para a gente poder ficar um pouco mais amarrado.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Tá. Aí a gente pode depois falar...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pode depois falar disso. Pedro Campos.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Inclusive, eu esqueci de falar, eu tenho todo o arquivo gravado, se vocês quiserem eu posso ceder, com todas as entrevistas.

Tenho a entrevistas bem interessantes, inclusive do Paulo Egydio.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Com certeza, seria ótimo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Excelente.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Então, vamos lá. Pedro Henrique Pedreira Campos é professor de Política Externa Brasileira, do Departamento de História e Relações Internacionais (DHRI) da Universidade Federal.

Você vê, todos os pesquisadores estão concentrados no Rio, e às vezes até procurador da República vai embora para o Rio, aí é difícil. (Risadas)

**O SR. IVAN SEIXAS –** Tem um de Niterói, que veio para cá.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Logo ele volta ou vai para Brasília. Vamos lá.

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestrado em História Social pela mesma instituição (2007) e doutorado em História também pela UFF (2012). Título: “A Ditadura dos empreiteiros: As empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985). Atua nas áreas de História da política externa brasileira, História econômico-social, além de Estado e Políticas Públicas.

É coordenador do Lieri (Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais da UFRRJ) e do Lehi (Laboratório de Economia e História da UFFRJ), além de membro do Polis (Laboratório de História Econômico-social da UFF).

Com a palavra Pedro Henrique Pedreira Campos, Pedro Campos.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade, o convite, de participar aqui dessa mesa tão interessante sobre esse tema. Louvar também a iniciativa, porque é um tema muito escasso, a gente está vendo várias iniciativas de estudos a respeito da ditadura e tudo mais, mas essa interface entre empresários e o regime tem passado de maneira um tanto marginal nas discussões desses 50 anos de descomemoração do golpe.

A minha contribuição vai ser no sentido de falar um pouco sobre o meu tema de doutorado, sobre a pesquisa que eu desenvolvi no doutorado, que se refere a um setor específico do empresariado brasileiro, que são os empresários da construção civil, mais especificamente, da construção pesada, ou melhor, os empresários que são dedicados a obras de infraestrutura, obras públicas, chamados empreiteiros.

Eu peço licença para contar um pouquinho da história da pesquisa para você entenderem, mais ou menos, porque ela veio à tona, e depois falar sobre os resultados e, no particular, que interessa aqui hoje, sobre essa relação entre os empresários e a ditadura.

O que acontece é que, em meados da década de 2000, na primeira década do século XXI, me veio certa inquietação em relação ao grande poder econômico e político que alguns empresários detêm na economia brasileira, em particular esses grandes construtores, esses grandes empreiteiros. A gente se refere, obviamente, a grupos como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, entre outros.

Então, eu queria entender como esses empresários se tornaram tão poderosos, econômica e politicamente. Onde está a origem, eu como historiador, a origem histórica do poder desses empresários?

A hipótese original que eu desenhei, a hipótese mais geral, é que eu encontraria a chave para essa resposta no período da ditadura. Me vinha à mente, justamente, as grandes obras daquele período, os grandes projetos de engenharia que a gente teve ao longo da ditadura.

Então, eu desenvolvi um projeto de pesquisa para estudar justamente os empreiteiros durante a ditadura brasileira.

Eu fiz o doutorado entre 2008 e 2012, orientado pela professora Virgínia Fontes, e virou essa tese aqui, que agora, inclusive, foi agraciada com um prêmio pela Faperj e vai virar livro, deve ser lançado, eu espero, se depender da editora, ainda esse ano, nesse primeiro semestre de 2014.

Para desenvolver a pesquisa, eu lidei com um primeiro problema: fontes de pesquisa. Eu queria ter acesso aos documentos, aos arquivos das empresas e, principalmente, das associações empresariais desses empreiteiros.

Eu queria estudar os sindicatos patronais, as associações de classe dos empreiteiros, em específico. E, óbvio, como eu imaginei, como eu acho que foi o caso do Jorge também, tive uma resposta negativa continuamente quando tentava ter acesso a esses documentos. Eu acessava as empresas, contatava as associações, os sindicatos, e todas negavam acesso, todos eram invasivos em relação à possibilidade de pesquisar os documentos. E eu percebi que vários outros pesquisadores tiveram problemas similares quando foram estudar temas próximos ao que eu me dediquei.

O que eu tive que fazer foi uma construção do objeto por fontes indiretas. Então, foram revistas técnicas, jornais, em periódicos, memórias das empresas, memórias dos empresários, das associações e tudo o mais e, obviamente, por isso não consegui, realmente, pegar coisas, digamos assim, originais, mas acho que consegui mais ou menos reconstruir um pouco da trajetória desses grupos, da trajetória do setor ao longo da ditadura, e como eles têm uma relação intrínseca com o regime, como fui perceber.

Então, o que a gente pode falar sobre esse setor? Esse setor começa a se expandir, começa a se formar na economia brasileira à medida que a gente vai tendo no país um desenvolvimento econômico de tipo urbano-industrial e aí vão surgindo os primeiros grupos da construção pesada.

É interessante notar o seguinte: a maior parte das empreiteiras não nasce na ditadura, não é formada no período da ditadura, geralmente são anteriores. A Odebrecht é da década de 1940, Camargo Corrêa da década de 1930, Mendes Júnior dos anos 1950, então são grupos que nascem entre a década de 1930 e 1950. Talvez a única exceção das grandes empreiteiras que a gente tem hoje é a OAS, fundada pelo genro do Antônio Carlos Magalhães, o César Mata Pires, em 1976, pouco antes de o Antônio Carlos Magalhães vir a ser o ministro de Minas e Energia do governo Geisel.

Mas é interessante notar isso, elas surgem antes da ditadura, crescem muito antes da ditadura, principalmente no período Kubitschek, com as obras de Brasília, grandes rodovias e tudo mais, participam, algumas, do golpe, mas elas realmente tomam um novo patamar e um novo porte com a ditadura, porque ali elas têm muitas oportunidades de obras, existem arranjos institucionais realizados durante a ditadura, por exemplo, em relação ao orçamento que faz com que muitos recursos públicos sejam direcionados para investimentos em obras públicas. Inclusive, em prejuízo de alocações para saúde e educação.

A Constituição de 1967, por exemplo, acabou com o mínimo constitucional previsto para investimentos em saúde e educação, possibilitando que os governos posteriores, principalmente no período Delfim... O Delfim foi o ministro da Fazenda de 1967 a 1974... Os recursos foram direcionados dessas áreas, de cunho social, para investimentos, principalmente, em obras, em grandes projetos de engenharia. Então, é interessante notar isso, essas empresas ganham muito com a ditadura, se fortalecem com a ditadura.

Agora, como no caso da Panair, a gente tem variações, tem grupos, tem setores, tem algumas empresas muito bem relacionadas, muito bem articuladas.

Foi citada uma aqui pelo Jorge, da empresa Sebastião Camargo. O Sebastião Camargo é o dono da Camargo Corrêa, empresa fundada no final da década de 1930 que já nasce com ligações familiares com o Ademar de Barros, que depois virou interventor de São Paulo, governador do Estado. E essa empresa conseguiu fazer uma ponte muito boa com a ditadura, se relacionando com os militares, se relacionando com vários políticos do período. Então, ela é a grande empreiteira brasileira da ditadura.

Se a Odebrecht hoje é o maior grupo de engenharia do Brasil, na ditadura, do início ao fim, em todo período, a Camargo Corrêa era o maior grupo de todos e isso se deve a alguns contatos e articulações políticas que ela realizou.

Inclusive, a Camargo Corrêa é a mais conhecida que se empenhou na política de tortura, na política de terror de Estado. Ela contribuiu para a Operação Bandeirantes, e era um dos alvos, inclusive, do justiçamento do MRT e da ALN.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** O Camargo Corrêa estava na lista, a lista tinha três nomes: Boilesen, Peri Igel e Sebastião Camargo, que foi encontrada com o grupo que organizou a ação contra o Boilesen.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** E o Sebastião Camargo financiava, dava muito dinheiro para a tortura, perseguição e repressão, e por isso era um dos alvos da Esquerda armada brasileira.

É interessante notar isso, algumas empresas crescem, engordam com a ditadura, outras, no entanto, vão ter o caminho oposto, algumas perdem com a ditadura. Por exemplo, havia várias empresas que eram ligadas, muito intimamente, à figura de Juscelino Kubitschek, e essas empresas estranhamente passam a perder todas as licitações a partir do Golpe de 1964.

Tem uns casos, inclusive, pictóricos. Tem empresa que fez Brasília, a principal realizadora da obra de Brasília, chamada Rabello, que era de um mineiro chamado Marco Paulo Rabello, de Diamantina, assim como JK, muito próximo e tido como amigo pessoal do ex-presidente, Rabello foi simplesmente incumbido de construir o Eixo Monumental, todas as obras do Eixo Monumental, todo os ministérios, Congresso, Planalto, Alvorada, etc., e quando entra o Golpe, quando entra o Lacerda no Rio, ela perde tudo no Rio, e quando entra o Golpe, ela começa a perder várias licitações seguidas.

O que ela faz? Ela, na sua experiência, teve relações muito próximas com os engenheiros ligados ao Niemeyer e com o próprio Oscar Niemeyer, então quando o Oscar Niemeyer projeta uma obra na Argélia, ele chama a Rabello para fazer a obra, então a Rabello tem uma sobrevida breve fazendo obras do Niemeyer em outros países. Então, tem casos muito interessantes. A Rabello era muito importante antes do Golpe, era muito grande. A Camargo Corrêa idem...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** A Camargo Corrêa era de Jaú.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Era de Jaú, isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** E eles enriqueceram com a construção de Brasília que foi um absurdo. A cada caminhão que entrava contava dez no canteiro de obras. (Risadas)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Os militares iam pegá-los, aí eles fizeram (ininteligível, 2h34).

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** É, a Camargo Corrêa tem um histórico de muitas obras em São Paulo, ela é muito ligada a São Paulo, mas é interessante que ela vai seguindo um movimento que é comum na construção pesada e nos grandes grupos, que é de se nacionalizar com as obras do JK.

Então as empreiteiras, até meados da década de 1950, tinham um caráter muito regional e local, e elas se nacionalizam no período do JK, então a Camargo Corrêa faz esse papel, ela começa a fazer obras para o governo federal, principalmente a partir de 1956, quando a gente tem um grande boom de obras com o Plano de Metas.

E é interessante notar que é nesse contexto de nacionalização das obras e novo porte, também, no conjunto de obras, que a gente vai ter os primeiros sindicatos, as primeiras associações de empreiteiros em escala nacional. Então a gente tem a formação, por exemplo, da Câmara Brasileira de Indústrias de Construção em 1957, e do Sindicato da Indústria da Construção Pesada, em 1959, ambos no Rio de Janeiro.

O Sindicato da Construção Pesada, SINICON, cujo presidente participou diretamente e ativamente do Golpe de 1964. O Haroldo Polan, citado várias vezes no livro do Dreifuss...

**A SRA. DENISE ASSIS –** Presidente do IPES.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Presidente do IPES, ele era muito próximo do Golbery do Couto e Silva. O Elio Gaspari, que tem o monopólio de alguns arquivos do Golbery e do Geisel, conta que o civil com quem o Golbery mais falava ao telefone ao longo do dia era o Haroldo Polan. O Haroldo Polan, foi presidente do Sindicato da Construção Pesada do Rio de Janeiro e era da empresa Metropolitana.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Dizem que a família tem um acervo enorme sobre o IPES que ele não disponibilizou.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Ele era um dos membros mais ativos do IPES, eu ia até trazer uma foto, não consegui me organizar direito, ele no dia 31 de março para 1º de abril saiu de casa armado com um grupo de pessoas, meio que fazendo, de certa forma, se articulando, usando o telefone várias vezes para, digamos assim, articular toda a ação armada que era orquestrada na passagem de 31 de março para 1º de abril. Então, ele era uma das figuras chave, civis, do Golpe de 1964.

É interessante notar o seguinte, a ditadura não foi só importante na demanda em relação às obras públicas dessas empresas. A ditadura, certamente, elevou a um novo patamar a quantidade de obras realizadas no país, as rodovias, as grandes hidrelétricas, os grandes projetos, eu brinco na minha tese, chamo de “estranhas catedrais”, que foram realizadas nesse período, porém, ela também deu vários incentivos para outros movimentos dessas empresas, que são a ramificação e a internacionalização.

Então, a ditadura dá incentivos para esses grupos se ramificarem e chegarem ao que os maiores deles são hoje, são conglomerados econômicos. Então a Camargo Corrêa é dona da São Paulo Alpargatas, que faz os calçados Havaianas, Topper, Rainha, ela está na área de cimento, esteve muito tempo na área de bancos, ela esteve em vários setores da economia, distribuição de energia aqui em São Paulo, e tudo mais.

A ditadura faz esse incentivo e, além disso, incentiva essas empresas a irem para o exterior. Então, de certa forma, o que elas são hoje, são grandes conglomerados de porte internacional, a Odebrecht tem mais de 500 obras fora do Brasil, isso tem seu nascedouro ali na ditadura. Bem, que mais?

É interessante notar o seguinte, essas empresas se organizam em sindicatos, esses sindicatos têm, digamos assim, uma posição muito ativa junto aos governos. Eles próprios, no seu próprio estatuto designam que o objetivo deles é pautar as políticas públicas, direcionar e pressionar por políticas favoráveis para o setor e, parece que a ditadura foi um cenário muito positivo para que eles tivessem esse acesso direto ao poder, e é interessante que, ao longo da ditadura, o que a gente verifica é que vários desses sindicatos se fortaleceram, tanto se complexificaram, em termos institucionais, como ampliaram o seu poder junto ao aparelho de Estado, e ao mesmo tempo a gente vê a multiplicação de entidades representativas do empresariado desse e de outros setores.

Aqui em São Paulo a gente tinha a associação de empreiteiros que datava de 1947, em 1968 eles criaram uma nova associação, que é o Sindicato da Indústria de Construção Pesada Paulista, o Sinicesp, em Minas foi formado um sindicato também, a gente tem uma multiplicação de associações do empresariado que são formadas nesse período e é interessante notar isso.

O Ministério do Trabalho e o governo liberavam a formação desses sindicatos, ao mesmo tempo em que limitava, dificultava e até fechava algumas entidades representativas dos trabalhadores. A gente teve o fechamento da CGT, porém a política para associações, entidades e sindicatos empresariais era outra completamente diferente.

Alguns outros projetos desses empresários na ditadura são bastante interessantes. Então, por exemplo, eles tinham atuações diversas na sociedade, então eles tinham uma atuação muito intensa, por exemplo, em relação à imprensa. Eles pagavam matérias em jornais, isso tem várias denúncias, vários relatos nesse sentido. O Samuel Weiner, na autobiografia dele, conta que os empreiteiros bancavam certas matérias e os jornalistas, muitas vezes, os jornais faziam a mediação política do governo, com o jornal, melhor dizendo.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Pedro, só se você me permite, foi aí que surgiu, de uma forma bastante definida a figura do assessor de imprensa.

A ditadura formou assessores de imprensa, porque até então jornalista virar assessor de imprensa era pular o balcão, e a ditadura profissionalizou esses personagens, esses jornalistas, esse bojo aí.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** E é interessante isso, porque os empreiteiros, muitas vezes, vão financiar matérias, vão agir junto à imprensa para conseguir obras e conseguir o pagamento de obras, mas durante a ditadura eles, digamos assim, se tornam ambiciosos na sua atuação com a imprensa e chegam a comprar dois jornais de grande circulação do Rio de Janeiro.

Os empreiteiros da Empresa Metropolitana, que eram os três irmãos Alencar: Marcelo Alencar, Mário Alencar e um terceiro irmão Alencar, eles compram o jornal “Correio da Manhã” e o jornal “Última Hora”. Qual era a questão? Esses dois jornais estavam fazendo certa oposição à ditadura, e eles ficavam muito incomodados com a linha editorial desses jornais, e esses empresários muito próximos de alguns membros do governo, da ditadura, vão lá e fazem uma oferta de comprar ambos os jornais.

E ambos os órgãos de imprensa muito pressionados pelo regime, muito pressionados pela censura, acabam vendendo. O projeto deles é muito audacioso, é fazer o Andreazza, que era o ministro talvez mais próximo, naquele auge da ditadura, dos empreiteiros, o Mário Andreazza, ministro dos Transportes de 1967 a 1974, candidato e o próximo presidente da ditadura.

Com o Costa e Silva tendo a doença dele, esse plano fica inviabilizado. Mas eles tinham o propósito de fazer dos dois jornais ponta de lança da campanha para o Andreazza ser o presidente da República. O projeto acaba não vingando, não dando certo, mas é ali uma jogada desses empresários, em conluio com figuras da ditadura, no caso um militar, que era o Mário Andreazza.

**O SR.** **–** Só uma observação, o Amaral Neto, “O repórter”, era o cara do Andreazza na TV Globo, que precedeu acho que o “Globo Repórter”, ele vivia com esse homem no avião, passeando por cima da Amazônia, fazendo aqueles documentários maravilhosos que eu adorava na minha infância, Amaral Neto, grande safado colaborador.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** É interessante notar isso, que ao longo da ditadura a gente vai ter grandes reportagens de órgãos de imprensa em relação ao Andreazza.

O Andreazza é um sujeito que pleiteia a Presidência da República, então a gente vai ter a revista visão fazendo edições especiais em homenagem ao Andreazza e tudo mais. Ele, inclusive, é candidato derrotado depois no PDS, na indicação para 1985.

Eu fiz um percurso na tese que é entender a formação das empresas, a formação dessas associações, como essas associações de empresários agiam e como se dava dentro do aparelho de Estado.

É interessante notar, primeiro, a presença desses empresários e seus representantes dentro do aparelho de Estado. Isso era algo realmente pronunciado.

Quando não era direito, tipo empresário Figueiredo Ferraz, prefeito de São Paulo, que era um empreiteiro, era muito indireto, por figuras como essas, o Mário Andreazza, entre outros, mas nas secretarias, nos ministérios a gente tinha vários, digamos assim, agentes muito relacionados a esses, obviamente, outros empresários.

E é interessante notar como eles são grandes beneficiários das políticas públicas também, então a gente pode pincelar alguns exemplos: em 1969, o Delfim Netto, com o AI-5 na mão, cria reserva de mercado para obras públicas no Brasil.

Ele solta um decreto presidencial no qual é proibida a participação de empresas estrangeiras em obras públicas para o país, o que é ótimo para os empresários nacionais, que podem agora deliberadamente agir da forma, como é comum do setor, que é na forma de cartel. Inclusive as associações são muito um instrumento para isso, dividir obras entre esses empresários.

E, é interessante notar, a Dra. Rosa Cardoso mencionou que o Delfim não era empresário. Concordo, estou de pleno acordo, mas formalmente ele não é empresário mas, de certa forma, ele é sócio de certos empreendimentos privados. Há denúncias, algumas provadas, de que ele era intermediário de acordos, de projetos privados, de empreendimentos, e recebia, obviamente, um recurso por isso. Então, ele agia aqui em São Paulo muito fortemente junto à Camargo Corrêa, ele fazia... O Elio Gaspari cita isso no livro dele, como ele antes da licitação já fazia todo o sistema de financiamento da obra que já seria com a Camargo Corrêa. O SNI, inclusive, grampeava o Delfim e pegava coisas como essa, o sócio particular.

**O SR. –** Consultor, consultor.

**O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** E é interessante notar isso, no sistema político fechado, a gente vai ter, digamos assim, o ambiente perfeito para que certas políticas públicas sejam implantadas em benefício desses setores e não de outros setores, que agora estão amordaçados nas suas possibilidades de reclamação e pleito na opinião pública. Então, como eu falei a questão do orçamento, a constituição de 1967 desobriga investimentos mínimos na área de saúde e educação, e a gente tem a majoração dos recursos públicos, com as reformas institucionais do PAEG, do primeiro governo da ditadura, do governo Castelo, e esse recurso é muito direcionado, principalmente no período do “Milagre”, para obras públicas, para investimentos estatais, e para grandes projetos, como hidrelétricas, rodovias e tudo mais.

 Nesse período que esses grupos, realmente, tomam o porte que eles têm e tomam o tamanho que eles vão ter. Nesse período também, principalmente no período Delfim, vai haver vários incentivos fiscais, eles vão ter isenções fiscais, inclusive financiamentos para obras no Brasil e no exterior.

Então, a partir de 1975 é criada uma carteira, uma linha de crédito específica na Cace, na Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil, para financiar obras dessas empresas no exterior. A partir de então, várias começam a realizar obras fora do Brasil também.

É interessante também notar que na política voltada para os trabalhadores, a gente também vê o favorecimento e o benefício desses grupos, então a gente tinha toda uma política para os trabalhadores, que era de repressão que acabava favorecendo esses grupos privados. Por exemplo, a política de congelamento e arrocho salarial era muito benéfica, principalmente, para setores intensivos em mão de obra, intensivos em força de trabalho, que era o caso da construção civil no Brasil, que pegava muita gente.

Além disso, todo amordaçamento das formas de reclamação e dos sindicatos permitia que essas empresas, por exemplo, fizessem, digamos assim, pudessem realizar diversas formas de atuação dentro das obras, dentro dos canteiros.

E, além disso, existia também uma certa inação dos órgãos de fiscalização da segurança do trabalho. E, não à toa, o Brasil vai figurar nesse momento como o principal, o país que tem mais acidentes de trabalho no mundo, sendo que a construção civil tem um papel bastante relevante para essas estatísticas.

Verifiquei isso na pesquisa, era rentável não garantir a segurança do trabalhador, porque para os empresários, as multas eram muito baixas, quando elas eram realmente cobradas, e quando o trabalhador era afastado por invalidez quem custeava era o próprio Sistema de Seguridade Social do Trabalhador, e não a empresa.

Então, não havia ônus muito intenso em função de acidentes de trabalho, morte de trabalhadores.

Não à toa, no final da ditadura, quando isso começa a se abrir, a gente vai ter várias revoltas, motins, em canteiros de obra. Então, a Camargo Corrêa encontra um grande motim na obra de Tucuruí, a hidrelétrica de Tucuruí, em plena selva amazônica.

Bem, é interessante notar que nesses acidentes de trabalho também, a linha de ação de empresa era muito comum nos relatórios haver a culpabilização do trabalhador: foi ele quem não quis usar os instrumentos de segurança, ele que agiu de forma errada e tudo mais.

A conclusão que eu tenho na pesquisa é de a ditadura foi um ambiente bastante positivo para o fortalecimento desses grupos, para a conglomeração, para internacionalização e consolidação desses grupos.

Todo cerceamento que havia nesse período era altamente positivo para a acumulação de capital desses grupos privados, e também para o acesso deles ao aparelho de estado, era um cenário bastante positivo para eles tomarem o porte que tomaram.

E tem duas linhas de conclusão que eu tomo de resultado que é o seguinte. Em primeiro lugar, a participação intensa desses grupos no Golpe e na ditadura reforça a ideia de que a gente não pode entender o regime como uma ditadura militar apenas. Se trata de regime civil-militar, um regime com participação de militares e de civis, e dentro dessa lógica, o Renato Lemos, professor da UFRJ alerta muito bem, que soltar essa palavra “civil” é um pouquinho vasta e pouco precisa, é preciso qualificar esse elemento civil.

O que a gente verifica na ditadura, pensando que se trata de regime civil-militar é que se trata, eminentemente, de regime empresarial-militar. Então esse elemento civil é constituído preponderantemente por um elemento empresarial.

Em segundo lugar, é interessante notar que esses empresários, e aí eu me refiro aos empreiteiros, mas a gente pode citar outros, como o poder deles não se esgota com a ditadura. Eles, pelo contrário, detêm um papel decisivo no processo de transição política e, como a gente está vendo, até hoje eles têm um poder muito grande econômica e politicamente. É isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** A doutora vai falar?

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Não, não, nós temos mais duas intervenções.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ainda pela manhã?

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Manhã, não é isso. O Neto não está aí. Nós temos duas intervenções, não é isso? Dos representantes das centrais sindicais. O Neto faria uma.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Exato, o Américo Gomes. Então, com a palavra o Américo.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Bom dia. Boa tarde. É que não almoçamos, então bom dia. Eu acho que eu parti um pouco desse elemento que o companheiro falou aí, sobre o problema do caráter da ditadura. Eu acho importante...

**O SR. –** Se apresenta aí.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Não, o Adriano me apresentou.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Não, vou apresentar direito. O Neto não fez seu resumo. Bom, o companheiro...

**O SR. –** O Américo não precisa,

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** É companheiro do grupo de memória da Convergência Socialista, e a pessoa que também produziu e foi atrás, principalmente, da participação das multinacionais, das empresas alemãs no Golpe, na sustentação, principalmente na área das montadoras.

Então, Américo Gomes, faz mais uma introdução aí, entra direto.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Não, então, primeiro, esse problema do caráter. Eu acho que é importante se precisar isso como o companheiro falou, do problema de ser uma ditadura que teve um caráter empresarial-militar. Agora, eu acho que nós temos que, digamos assim, complementar isso com esse caráter pró-imperialista que existiu na ditadura por causa da ligação com as multinacionais, tanto do ponto de vista do financiamento, como do ponto de vista dos benefícios que acabaram recebendo.

Eu acho importante isso porque, muitas vezes, cria-se a imagem de que “ah, não porque eles são patriotas”, não tinha nada de patriótico no Golpe militar de 1964, muito pelo contrário, tinha um caráter absolutamente entreguista para as multinacionais, para o imperialismo norte-americano e tudo mais.

Então é bom desmistificar, também, essa imagem. E isso tem a ver com as empresas, por exemplo, na área petroleira que a gente identificou, que tem a ver com o pessoal que botou dinheiro no IPES e no Ibad, o dinheiro que vinha através do Royal Bank do Canadá, por exemplo, a Texaco era uma das também que botaram dinheiro na conta desses institutos, a Shell, que era outra multinacional que chegou a depositar, como outras multinacionais, como a IBM e a Coca Cola, o dinheiro entrou também através de fundações para patrocinar a Direita no país, como por exemplo a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford, a Fundação Carnegie, e a Farfield, que como entreposto do dinheiro que vinha, inclusive, da CIA, entrou para patrocinar aqueles que estavam promovendo o Golpe de Estado.

Estavam falando das multinacionais norte-americanas que botaram dinheiro nos institutos, então, recordando aqui. Exxon Mobil, a Shell, a Standard Oil, de New Jersey, a Texaco, e a Gulf Oil, além das ligações que tinha o Rockerfeller com todo o patrocínio, acompanhamento e conspiração com relação ao Golpe.

O Rockerfeller era ligado às grandes multinacionais petroleiras também. E logicamente, muitas dessas empresas ganharam muito dinheiro com a ditadura. Se falou aqui das empreiteiras, mas também nas áreas metalúrgicas, por exemplo, esse estudo que nós fizemos das empresas alemãs e agora, inclusive, ligadas inclusive ao problema da corrupção aqui em São Paulo com as obras do metrô, a Siemens.

A Siemens, por exemplo, fez grandes negócios com a ditadura em 1975, particularmente no governo do Ernesto Geisel, quando foi assinado, sob muito sigilo, o acordo sobre a cooperação para uso pacífico da energia nuclear Brasil-Alemanha, no qual o governo brasileiro investiu 40 bilhões de dólares. Ela trabalhou junto com a Nuclebrás com uma empresa dela que era a Siemens KWU, que até hoje, inclusive, continua fazendo a manutenção da usina em Angra dos Reis.

Outra empresa, como a Volkswagen, que também já se falou muito, depois a gente mostra alguma coisa sobre o problema das investigações, da delação que se fazia dos funcionários lá dentro. Aqui um destaque, por exemplo, o Lúcio Belentani, na declaração que ele fez aqui na Comissão da Verdade Rubens Paiva, ele falou que e 1972, quando ele foi preso, ele já começou a apanhar dentro da Volkswagen mesmo, que tinha um próprio esquema de segurança que era ligado à ditadura militar, mostrando essa ligação bastante grande.

Outro aspecto do problema também, de que estão se beneficiando até hoje, é um exemplo impressionante para mim que o do Grupo Ultra, que se tocou aqui. Além de ter o Boilesen, que era um de seus principais executivos, o Peri Igel, que era o seu dono, que também patrocinou muito a ditadura militar, só que até hoje o Grupo Ultra está ligado com grandes negócios no Brasil, inclusive fazendo negócios junto com a Petrobrás.

Hoje o grupo controla a distribuição de combustíveis, com os postos Ipiranga, e a Ultragaz tem uma indústria química que é a Oxteno, com a Ultracargo, empresa subsidiária do holding Ultrapar, está no terminal intermodal do porto de Santos, se tornou a maior empresa de armazenamento de granéis líquidos do Brasil.

Ou outra empresa como a própria Odebrecht que foi criada, que também entrou para o ramo petroquímico, hoje é uma das principais acionistas da Braskem e também tem negócios com a Petrobrás, quer dizer, continuam se beneficiando dos negócios até hoje.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Américo, no filme “Cidadão Boilesen”, o filho do Boilesen fala, como se fosse uma grande coisa, que eles traziam matéria-prima de fora, vendia para a Petrobrás que depois revendia a preço baixo e com um prazo para pagar, ainda por cima.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Posso fazer uma observação?

Na realidade, eu falei assim, é importante investigar esse salto que o Grupo Ultra deu porque, o seguinte, essa ligação do Peri Igel e esse apoio do Grupo Ultra ao governo, inclusive à repressão, permitiram que quando fizeram o tal do modelo tripartite, que era uma empresa de fora, a Petrobrás, e um grupo escolhido a dedo, dos apoiadores, e nesse caso o Grupo Ultra foi escolhido, então não é uma coincidência o Grupo Ultra, que era um grupo menor, ter sido escolhido para fazer parte do projeto petroquímico, que era imenso.

Inclusive, se for fazer um levantamento, eles não tinham recursos para entrar nesse projeto, eles devem ter recebido dinheiro do próprio governo para cumprir o projeto tripartite, que era sempre uma empresa de fora, a Petrobrás e uma empresa brasileira.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Acabou de falar o Jorge José de Melo. Américo, com a palavra.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Eu acho que é uma pesquisa, inclusive, que eu estou falando alguns elementos, mas que ela tem que prosseguir exatamente para isso, par ir identificando todo o financiamento que foi feito, depois os benefícios que eles receberam. Eu acho também que, com relação às empresas aqui de São Paulo, que já foi dita bastante coisa sobre toda a organização que houve dos empresários brasileiros, já existe uma série de nomes, que estão em baila com relação ao envolvimento.

Inclusive, eu acho que nós temos que chamar a atenção na construção de grupos paramilitares, que era isso que eles estavam fazendo, exatamente, para, veja só a contradição, defendendo um Golpe militar que é contra um regime militar, que tinha sido eleito pela população e tudo mais.

Para se ver que, hoje se faz a acusação dos vândalos, que atiram pedras em bancos, mas o pessoal estava armado para fazer coisas muito pior e não foi enquadrado em crime, nenhum.

Acho que também foi levantado, a partir da investigação que se fez aqui na Comissão da Verdade Rubens Paiva, com a presença do Geraldo Resende de Mattos, que estava constantemente no DOPS, homem de confiança do Nadir Figueiredo, dono das empresas Nadir Figueiredo; do Gastão Bueno Vidigal, ligado ao Theobaldo De Nigris, que era o presidente da Fiesp na época; esse advogado Paulo Sawaia, como homens que estavam metidos nisso; mas além deles, como também já foi citado Sebastião Camargo, da Camargo Corrêa, é citado nessas reuniões, nos encontros, numa série de pesquisas que estão sendo feitas; nomes como Jorge Fragoso, da Alcam; Adolpho da Silva Gordo, do Banco Português; Oswaldo Ballarin, da Nestlé; Walter Bellian, da Antarctica; Ítalo Francisco Taricco, da Moinho Santista; e, como já foi citado aqui, Paulo Ayres Filho, da empresa de farmácia, produtos farmacêuticos, Pinheiros Farmacêutica. Esse Paulo Ayres, inclusive, num estudo que foi feito, se mostrou que ele era um dos homens de confiança forte do imperialismo, tinha muita ligação com o David Rockefeller, que é ligado à indústria do petróleo, cujo irmão foi vice-presidente dos Estados Unidos nessa época da ditadura no Brasil, entre 1974 e 1977, entusiastas da Aliança para o Progresso, que foi citada, e um dos que iam fazer palestra nos Estados Unidos exatamente para promover o Brasil na época da ditadura militar, buscando investimentos que tinham que ser feitos no país.

O problema também da ligação das empresas, nós fizemos um levantamento, e tem um exemplo que é categórico, eu queria dar logo de cara, que é essa reunião do, como chama ele? Cecose... Não, mas, o anterior primeiro. Primeira reunião, né? Isso, mas dá para ampliar?

Bom, essa primeira reunião... é interessante, que isso são informes feitos pelo SNI, desse grupo empresarial que se formou lá no Vale do Paraíba, desse grupo empresarial faz parte a Petrobrás, faz parte a Volkswagen, de Taubaté, a General Motors, de São José dos Campos, e uma série de outras empresas da região, e eles se reúnem exatamente para discutir a situação de como estavam os trabalhadores em casa fábrica.

Mostra aquele outro então, o segundo. Aumenta aí, faz um favor.

Essa daí é interessante porque é um informe do SNI, então vocês vão ler lá: “Foi realizado no dia 9 de novembro, da refinaria da Petrobrás, em São José dos Campos, a reunião mensal do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, no qual foram tratados vários assuntos expostos pelo chefe de segurança da empresa”.

Aí a National fala sobre a Amélia Naomi, que trabalha na firma há alguns anos e é a líder dos funcionários, é também a que mais agita, sempre... todos os movimentos grevistas, estudante profissional, cursando o quinto anos de engenharia.

Aí se fala da Petrobrás, onde foi demitido Francisco dos Reis Pereira. Da Volks, semanalmente, alguns elementos do PCdoB, entre eles Maria Lúcia da Silva, Mário, que é um tal de “Carrapixo”, compareceram a portaria da empresa... Vai seguindo aí para baixo.

A Caterpillar S.A. fala das atividades, isso na reunião deles, da atividade da ex-diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

No “Tribuna Metalúrgica”, a ex-diretoria publicou... Ah, arrecadação de dinheiro do fundo de greve, que foi feita, quanto entrou na Volkswagen, quando entrou na Ford, na Mercedes e tudo mais, o problema das manifestações populares em substituição à greve geral, mostrando o grau de organização que eles tinha, e fala inclusive isso, que eles formaram aquela lista dos trabalhadores que são ativistas, são enviadas para todas as empresas do Vale do Paraíba, onde eles fazem uma checagem sistemática para impedir que os trabalhadores entrem.

**A SRA. A SRA. DENISE ASSIS** – Isso é de que ano?

**O SR. AMÉRICO GOMES –** 1983.

**A SRA. A SRA. DENISE ASSIS** – Se me permite uma observação.

Eu pesquiso indistintamente de 1964 em diante, principalmente porque na busca dos desaparecidos você entra em vários assuntos, e eu percebo que essa arapongagem de 1978, 1979 para frente se profissionaliza de uma maneira assustadora. Ela é muito mais eficiente, detalhada, ela vai se aprimorando, e isso o seu documento mostra, é muito interessante ver isso.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Isso, e bem focado nos problemas dos trabalhadores. Eles têm uma preocupação, e isso tem a ver com...

**A SRA.** – Todas as assembleias eles estão presentes, relatórios minuciosos.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Até hoje. Abre esse. Consegue? Então veja aquele outra...

**O SR. –** Só uma curiosidade, a minha presidente da Câmara de São José hoje e o Carlinhos Almeida prefeito, esposo dela.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Exatamente. Não, é interessante... Dá para fechar aí, ou travou?

Esse trabalho que a gente fez, inclusive lá em São José, eles foram ao sindicato e buscaram as fichas de todos os sócios do sindicato. Então, nós encontramos a ficha do Ernesto Gradella, do Zé Luis, também está a ficha dele, tudo dentro dos arquivos do SNI, que eles checavam todo mundo e classificava quem era ativista.

Da mesma forma na Petrobrás, é que ele não está conseguindo abrir, mas também estamos com muito arquivo da Petrobrás que foi aberto agora, nós conseguimos ter acesso, ainda não terminamos todo estudo que está sendo feito, mas, por exemplo, a Petrobrás entregava diretamente a ficha dos seus funcionários para o SNI.

Eles tinham um departamento que cuidava do problema da segurança interna e entregava a ficha diretamente para o CNI.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Um aparte. O SNI funcionou dentro do prédio da Petrobrás e, desde os primeiros minutos, essa movimentação da Petrobrás foi dessa maneira, porque eu tenho em meu poder uma lista de 3.200 nomes já no dia 2 de abril, que a Petrobrás entregou, de trabalhadores que seriam afastados...

**O SR. IVAN SEIXAS –** O meu pai deve ser um deles.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Por motivos ideológicos.

**O SR. IVAN SEIXAS –** A SI da Petrobrás era uma das mais ativas, né?

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Mais ativas.

Bom, nós temos várias fichas que mostram a ligação das empresas, a Cofap mandava dados diretamente para a SNI, para o DOPs, a Volkswagen entregava lista dos funcionários... Acho que a gente tem que continuar esse estudo para completar isso para mostrar e solidificar bem essa ligação que eles tinham, porque é isso, beneficiavam... O companheiro falou das construtoras, que servia para eles todos esse problema da perseguição aos trabalhadores. O regime de repressão aos trabalhadores, de falta de organização, beneficia exatamente a patronal, e eles têm lucro e ganham dinheiro com isso.

A última coisa que eu queria fazer e a seguinte, entregar tanto para o Adriano como para a Dra. Rosa uma denúncia que a gente pegou lá na Comissão da Verdade do Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas, que uma área da Petrobrás foi usada para se torturar ativistas e militantes do movimento, a área do tabuleiro.

Os irmãos do Mário Agra, hoje presidente acho que do PSOL de Alagoas, foram torturados nessa área. Então seria importante a gente prosseguir nessa investigação, saber como isso ocorreu, porque nós temos depoimento... depois o cara virou, inclusive, chefe da segurança da Petrobrás lá da região, mas na época ele era funcionário da segurança, e ele falou que viu os carros entrarem, que o pessoal entrava encapuzado, tinha um galpão lá no fundo que eles usavam para torturar, ninguém podia chegar no galpão, saía, era todo um clima na área. E depois o Mário Agra disse que os irmãos dele foram para lá de fato. Então tinha que ver isso, quem estava na direção da empresa, quem autorizou esse tipo de coisa, como foram as relações, acho que era uma coisa que a gente devia fazer.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Uma coisa que eu acho que seria importante, para a gente complementar isso que o Américo está falando, a análise sobre a repressão ao movimento sindical e de trabalhadores em geral começou agora. A gente não pode esquecer isso. Isso não é uma coisa que historicamente tenha acontecido.

Tem essa análise que vocês fazem sobre empresas, mas a repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical começou com a Comissão da Verdade agora. Isso não é uma coisa muito levada a sério. E agora que a gente está começando tem que se ir a fundo até a última informação que se possa levantar com certeza.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Após a realização de greves e... esse relatório é do SNI. Após a realização de greves em diferentes indústrias... Ah, é do Ministério da Aeronáutica. Após a realização de greves em diferentes indústrias, são relacionadas pelas firmas os ativistas que se destacam durante a greve. As relações são passadas de uma para outra indústria, e cabe a decisão à empresa que recebeu admitir ou não o ativista relacionado. A prática descrita acabou deixando desempregados ativistas e militantes

**O SR.–** Eles estão falando, né?

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Eles estão falando. Isso, em 1975. “Existe um Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, que foi criado pela indústria, e congrega indústria da região do vale, algumas de São Paulo e outras regiões. Frequentam como convidados, integrantes de diversos órgãos de informação, Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Estadual. O Cecose tem por hábito reunir-se mensalmente em locais com a finalidade de trocar dados de segurança patrimonial e industrial. Em uma das reuniões foi exibido o filme citado no recorte do jornal anexo, que versa sobre a situação de grevistas na General Motors”.

Então é uma matéria do Luís Paulo, o Luís Paulo esteve preso, foi militante do PCdoB, torturado e tudo mais, depois foi vereador, lá em São José dos Campos, eplo PMDB, e ele denuncia as demissões que estão sendo feitas após o movimento.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Duas semanas atrás a gente ouviu aqui na Comissão um escrivão de polícia, que tem aí, o Aurélio Lopes, e ele falou com todas as letras que o presidente da General Motors veio ao Brasil, fez uma visita ao Dops e ao DOI-CODI. Então, não é talvez. Ele, como funcionário, como escrivão, descreve essa visita lá.

**A SRA. DENISE ASSIS –** Só para ampliar um pouquinho a sua fala, nesse período de 1979, 1980, imediatamente após a Anistia, quando os ex-exilados começaram a voltar, correu na imprensa uma lista negra nesse sentido, de quem era quem, quem podia ou não empregar, e tem a ver com isso que você está apresentando.

**O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT –** Adriano.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Marlon Weichert.

**O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT –** Lá na Comissão de Anistia, da qual eu participo há um anos, em diversos processos há juntada de listas negras da indústria, de vários setores. Eu lembro de Minas, tem vários processos com listas negras, que inclusive são fundamentos para, eventualmente, concessão de indenização.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Já estão disponibilizados?

**O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT –** Não sei se isso está de forma organizada, porque os processos estão sendo digitalizados, agora não sei se há um levantamento que permita pescar isso, teria que conversar com a assessoria da comissão.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ótimo. Vocês estão salvando esses arquivos do Américo? Obrigado Dr. Marlon.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Não, só comentar isso, que inclusive, na verdade, esses documentos todos nós conseguimos a partir dos processos da Comissão de Anistia, porque a gente tinha uma série de ativistas e uma série de militantes, porque lá nós é que temos que provar que fomos perseguidos.

Então, a gente acessava os documentos, a gente começou a ver era interessante porque todo mundo falava o seguinte, tem coisa que eu nem lembrava mais, o cara foi preso em tal greve não sei onde, o cara fala, é mesmo, estive preso, nem lembrava. Vai passando o tempo você vai esquecendo as coisas, se foi várias vezes, então. E aí, é uma fonte de informação muito grande, que a gente tem por causa disso. Agora, estamos vendo se a gente vai fechando tudo isso num trabalho.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Muito bom, agora o Neto, né, para concluir?

 **O SR. SEBASTIÃO NETO –** Bom, o Américo e eu estamos fazendo o encontro das águas desde janeiro não conseguimos ainda, para juntar o que a gente tem. Nossa vida tem atrapalhado a gente a fazer isso. Vocês já almoçaram, mas a gente providenciou um segundo almoço que está disponível, assim que interromper a gente vai, tem um lauto lanche ali. Lauto é de “l” “auto”, “o auto lanche”.

A segunda coisa, aí para os palestrantes convidados, a gente foi, ajustando o foco, a Dra. Rosa fez as questões, e a Denise teve que reescrever um texto ontem à noite, acho, não, anteontem à noite, então, realmente, viu Adriano, muitas coisas foram feitas de última hora porque nós precisávamos de autorização para podar na gráfica, nós precisávamos ter garantia do lanche, a comissão não conseguiu dar passagem para o Pedro, tive que ir atrás do... Tem gente viajando sem diária. Então são pequenos problemas, então a gente monta as coisas como a gente consegue. Mas acho que está mais ou menos... fora algum ou outro problema.

Esse livro aqui talvez seja o melhor livro sobre a relação da ditadura argentina com as empresas, do Verbitsky. A gente comprou alguns, mas sem autorização dele a gente fez cópia, eu acho que não vai ter nenhum problema comercial com isso, até porque no Brasil vai vender pouco livro em espanhol, mas a editora é a Siglo Veintiuno, então não dá para brincar com isso. Mas conseguimos para esse encontro trazer a parte das empresas. Os palestrantes ganharam, mas os outros custam 15 reais, é o único jeito de recuperar o dinheiro, que é o preço mais ou menos de fazer a ediçãozinha. Mas ele está todo digitalizado já e dividimos por temas, esse tema é o tema das empresas. Eu vou ler só o índice, que é de arrepiar.

“Desaparecimentos a pedido de empresas”. Só o título é de arrepiar, e aqui tem o nome de algumas empresas.

Tem uma parte também das câmaras empresariais, tem a parte dos advogados, tem a parte da Igreja, e tem o que o Verbitsky e o Bohoslavsky chamam de agenda do trabalho, que é uma coisa que nós vamos ter que criar para nós também, que é uma agenda do trabalho para enfrentar essa massa de coisa que nós estamos buscando. Então, quem quiser já pode levar esse livro hoje, está aqui, tem para todo mundo, tem uns 50, acho, fizemos para hoje.

Foi muito bom o Américo falar porque no GT dos trabalhadores, e a gente tinha percebido isso no projeto Memória da Oposição Metalúrgica, a gente não tem dados espetaculares para apresentar. Os nossos mortos já são conhecidos, no nosso caso nós temos quatro mortos metalúrgicos em São Paulo, quatro assassinados na verdade.

Nós não temos... tem coisa assim, nós não tínhamos uma foto do Hirata desfigurado pela tortura, achamos. Mas a gente está muito preocupada de dizer com a máquina funcionava.

Eu acho que esse negócio do Américo é muito bom, porque ele mostra a máquina. Porque o problema nosso não é o espetáculo, nós não temos nada novo, o que tem de novo, é as pessoas entenderem que tinha uma máquina diária de ferrar com os trabalhadores, ponto.

Então, o que eu vou mostrar aqui é um pouco nesse sentido, são algumas coisinhas que a gente tem da relação das empresas e alguns mecanismos de controle da repressão e a relação com as empresas.

Para começar, eu queria dizer o seguinte. Aqui poderia falar ainda o pessoal de Osasco, que tem muito material, a Cristiane está doente, ficou bem doente ontem, pediu mil desculpas, não conseguiu vir.

E a gente tem uma troca de documentos, e esse documento que está aqui, no caderninho amarelo, não está ali por respeito a Osasco porque eles iam apresentar, então ficou com eles para apresentar essa parte, eles não puderam vir, mas esse primeiro documento aqui da Cobrasma, eu acho que é muito interessante porque ele é de 1965. A Cobrasma apresenta o chefe de segurança, o Tinoco, que era o cara do Dops na época, pede informação sobre 18 pessoas, 1965, insisto. Desses 18, quatro vão ser diretores em 1968 e dois da Comissão de Fábrica.

Então, a pergunta, está dentro das três ou quatro perguntas que a Dra. Rosa mandou, o quanto o mecanismo foi aperfeiçoado. Ele existia já, antes do governo militar, e o torniquete foi apertando, ou profissionalizando, como a Denise falou.

Mas em 1965 a barra já... Por que esse pessoal não foi demitido? Porque eles eram da Comissão dos 10 da greve de 1963. Então, eles tinham uma estabilidade, uma relação meio ambígua com a empresa, mas tinha a estabilidade.

Bom, o resto está em power point. Esse é da Cobrasma. Vamos lá nos outros, vamos lá para o nosso, a apresentação inteira.

Isso aí é a greve de 1979 nossa, isso é história, só para ficar bonito.

Então, essa é a empresa da zona leste, como ela entrega a liderança ao Dops? Ela não só... Aí, esse pequenininho que a ficha que nós locamos do Arquivo do estado, olha o que o cara diz: “O Sr. Fontana alegou ser o agitador e inventor do movimento, o nome dos companheiros, segue em anexo fichas pessoais, fornecido pela própria Tecnoforjas”. Isso é coisa da repressão, então a ficha dos companheiros lá.

Vamos lá, vamos acelerar, Milena.

Lista negra do ABC, negra entre aspas, porque o politicamente correto é não falar negra mais. Vermelha é que não é, né? Tudo bem, vamos em frente. Não, que a Sueli me deu uma bronca esses dias: “Como você fala que é lista negra?”. Na época era negra, ficou branca, sei lá.

Mas, vamos lá, a empresa era democrática. Não, volta na lista do ABC. Essa lista deveria ser trazida pelos companheiros da AMA-A/ABC, que não compareceram. Eles foram convidados ontem à tarde, não vieram, e teve eleição na sexta, vamos ver como vai ficar. A Scania é uma empresa democrática, na Suécia, tá vendo, é a primeira da lista lá. Então, essa também foi conseguida graças ao companheiro Elias Stein, que estava na Toshiba na época, que é até diretor nosso lá no Iep, que é um cara muito conhecido no ABC, da Comissão dos 16, na greve do Lula lá preso, puxou e aí vieram... Importante ali o seguinte, as empresas deram o endereço pessoal dos militantes suspeitos, são 400 e poucos nomes, a seção que o cara trabalhava, e às vezes a ocupação dele. Não é brincadeira essa história não, mas vamos em frente.

Vigilância no sindicato. Aí são relatório, só para saber né de (ininteligível, 3h24) do Dops, eleições sindicais lá. Dentro do sindicato, vigilância dentro do sindicato. Então, ali é uma vez que nós conseguimos identificar uns caras que eram meio (ininteligível, 3h24) e expulsamos da assembleia do sindicato, mas isso é 1979. Então, aí é uma reunião muito engraçada porque tinha quatro pessoas e um, era policial. Ele fala que estavam o nome de três, não dá o nome dele. Uma reunião pequenininha na Vila carioca, lá onde o Lula foi criado aqui na Mooca, e ele dá os nomes das três pessoas que estavam na reunião, e o cara que era clandestino, que é o cara da polícia. Para mostrar o nível de controle, tá? Vamos lá.

Eleição DRT/Dops. Agora vamos entrar aqui para ver como o estado funcionava. Então, a DRT, na eleição dos têxteis, em 1975, pede o nome das pessoas se elas querem ser candidatas. Agora, imagina, a DRT perguntar ao DOPS se os caras não têm problema. É o estado dizendo, “Aí, Marlon, você que vai dizer quanto que isso aí vale juridicamente”, quer dizer, o cara é impedido, por uma informação clandestina, secreta, que ele não pode ser candidato ao sindicato, é impedimento de atividade sindical.

 Empresa/Polícia Federal. Essa empresa foi falida, mais ou menos obrigatoriamente, para a Alstom entrar. É a (ininteligível 3h25) de Santo Amaro, que é uma baita empresa de alta tecnologia, os melhores profissionais de Santo Amaro, ela foi sendo... para entrar a Alstom com os rolos com o metrô aqui.

Mas, é muito interessante, com a greve que fizemos lá, olha que incrível, a empresa pede à Polícia Federal que a Justiça vai demorar ainda quatro dias para julgar a greve, então eles pedem que a polícia venha desocupar a fábrica, que eles estão com pressa. É isso, o resumo daquela correspondência ali. Quer dizer, a justiça da época deles vai julgar, mas demora muito, quatro dias ainda para julgar, e vai naturalmente acabar com essa bagunça aqui, porque a empresa estava parada e foi um acampamento na porta da fábrica. Mas vamos lá.

 **O SR. IVAN SEIXAS –** Assinado pelo presidente.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Ah, sim, da empresa. E são suíços, são democráticos também, não sei se lavar mais branco do Jean (ininteligível, 3h26), né?

Bom, a (ininteligível. 3h26). É muito interessante, porque são cinco pessoas conhecidas, uma está aqui na sala, que é o Salvador ali, é filho do pessoal do Dops, vocês podem ver que não são pessoas, realmente, muito simpáticas. Não sei se foram presos pela aparência, mas... Tinha uns aí que tinha cartão fidelidade, é verdade. Mas, é interessante que é o documento seguinte que é a (ininteligível 3h26m), né?

A pessoa tinha que voltar toda segunda-feira para assinar. Saía, mas você vai explicar ao seu patrão que você vai toda segunda visitar a mãe doente? Quer dizer. Eu estou insistindo um pouco em todo mecanismo de controle que acaba beneficiando o capital. É só para mostrar a coisa né. Que mais que temos?

O Hirata. É interessante isso aqui, porque a gente achou essa foto, que é uma foto meio ruim, ele muito bonito ali, foto de estudante brincando, chifrinho, tal, em seguida, é uma foto... tem o laudo dele, que é um laudo, todos os médicos que viram é uma coisa absurda, as conclusões que o cara não morreu de tortura... O laudo mostra que o cara estava com tudo estragado por traumas violentos. Mas, eu trouxe a foto por quê? Porque nós, gente, estamos pesquisando pouco. Essa foto estava lá no Arquivo do Estado por 20 e tantos anos, ninguém pegou essa foto lá. Tinha? Ah, desculpa, não sabia desculpa. Continua. Mas nós não tínhamos.

Uma coisa simples, o Santo Dias vigiado, uma coisa pequena, né... Está você aí de novo, Salvador... Lá com Dom Paulo (ininteligível, 3h28), onde foi assassinado o Nelson Pereira, não é isso? Quer dizer, mas os caras estavam seguindo quase tudo, com o nome da empresa, etc, e tal.

**O SR. SALVADOR PIRES –** Me permita só introduzir uma questão, que é o seguinte. Esse quadro apontado aqui hoje, com a fala do Américo e a sua, dava a esses empresários uma situação de tanta segurança, tanta impunidade, que o chefe do DP da metalúrgica Alfa, fábrica de fogões, assassina um operário à queima-roupa, pelas costas, três tiros, numa discussão em que o operário foi cobrar o recebimento das suas horas extras produzidas. Na metalúrgica Alfa, o patrão, quando chamava determinados operários para uma conversa na sala, ele punha um revólver em cima da mesa.

Então, vocês têm essas questões muito duras.

Aí, Adriano Diogo, dá para entender um pouco a questão do Cássio Scatena, um discípulo da TFP...

**O SR. IVAN SEIXAS –** Do CCC.

**O SR. SALVADOR PIRES –** Do CCC. E eu tive um acompanhamento muito direto daquele processo ali todo, quando do assassinato do Nelson Pereira de Jesus, pela Frente nacional dos Trabalhadores, aqui fazer justiça com a atuação do Santo, que atuava, nesse caso atuou muito enquanto pastoral operária.

Mas chama a atenção essa segurança da patronal, né, de que tinham garantias, de que a impunidade lhes garantiria.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Falou o Salvador.

**O SR. SALVADOR PIRES –** Salvador Pires.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Grande Salvador.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Eu vou pedir uma licença para contar uma historinha aqui sobre essa questão da impunidade, que quando o Pedro estava falando da questão da falta de segurança do trabalhador, o quanto era desimportante para os patrões, eu era estagiária Do “O Globo” em 1979, e fui fazer uma reportagem sobre a ausência de rede de proteção na frente de uma construção na rua Senador Vergueiro.

Tinha sido instituída aquela semana a tal da rede e “O Globo” me mandou conferir nas construções e tinha um prédio na Senador que não tinha. E nós entramos, começamos a entrevistar os trabalhadores, veio, imediatamente, o gerente da obra e me deu ordem para subir junto com o fotógrafo para a sala dele, que a entrevista teria que ser com ele.

E quando nós entramos, ele trancou a sala, tirou o revólver e botou em cima da mesa. Falou “agora faz as entrevistas que você quer fazer”. Aí eu falei, sim vou fazer. A entrevista que eu estou fazendo é sobre operários que sentem vertigem, o senhor pode chamar os operários?

Aí, ele ficou meio desconcertado, abriu a porta e disse “então entrevista sobre vertigem”. Eu comecei a fazer uma entrevista sobre vertigem, aí ele se desconcertou, liberou a gente, mas o fotógrafo tinha feito a foto do revólver em cima da mesa e isso foi publicado, mas foi para que a gente não fizesse a matéria sobre a insegurança na empresa.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Aqui, essa lista é muito interessante porque, como a coisa funciona a favor da patronal.

A nossa greve que o Santos foi assassinado, ele foi assassinado na terça. A greve foi decretada na Assembleia de sexta. No domingo foram presos, preventivamente, nós temos o nome de 334 presos. É muita gente presa, gente. Qualquer movimento, de qualquer categoria, em qualquer lugar do mundo que tem 334 lideranças presas é uma porrada, e a greve saiu.

Porque tem dois dos acadêmicos dizendo que nós éramos porra louca, uns malucos, de termos feito essa greve. E que o Santos e o filme “Eles não usam Black Tie” é uma deformação, porque o próprio Ricardo Antunes, que era o consultor ideológico, na época, do filme, confessa, vamos dizer assim, hoje, que eles fizeram aquele filme contra a oposição metalúrgica.

Depois, a Lélia Abramo pediu desculpas por ter participado do filme, o Maurício Segall tem um artigo espetacular explicando o erro que foi aquele filme. Porque o filme começa dizendo “os metalúrgicos de São Paulo”, com a data. Então, clona as pessoas, é como se nós fôssemos responsáveis pelo assassinato do Santo Dias. É a nossa briga na época, não? Mas tudo bem. Não vamos fazer análise política aqui, eu só estou dizendo...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** O filme de quem é?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** É do mesmo do São Bernardo.

**O SR. –** Leon Hirszman.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** É um grande cineasta.

**A SRA. DENISE ASSIS –** De “O ABC da Greve”.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** É um grande cineasta, tudo bem, mas a cabeça enviesada para os comissários políticos.

Mas, é muito interessante que essa lista de 334 é uma lista negra natural, que nós obrigamos o sindicato a alugar sub-sedes, e eles foram, claro, se a greve vai ser segunda de madrugada, está todo mundo à noite para fazer a greve. Eles foram nas sub-sedes, pegaram todo mundo, prisão em massa.

E os relatos são impressionantes, que é Rota dando cavalo de pau, invadindo com toda violência possível e o Dops sem saber onde enfiar tanta gente presa, e a greve saiu. E esforço semelhante está sendo feito em Osasco para saber quantos, efetivamente, foram presos em Osasco, está uma dificuldade enorme.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Não existe essa lista?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não, não existe.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Não se acha essa lista de jeito nenhum?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Vai sair todos os nossos livros, em novembro, em não vai achar essa lista. Esse nem lembra o que é, volta um pouquinho.

Ah, sim, dos 334, mas agora já arrumamos ela lá. Acabou? Então, gente, esses documentos todos estavam no Arquivo do estado.

Eu queria falar uma coisa muito importante, porque as próprias centrais sindicais, que foram criadas a partir de 1983, elas não têm essa documentação, porque não é da vida delas, não é isso?

Quando eu brinco do encontro das águas que a gente pode fazer lá com o pessoal da Conlutas, é porque nós éramos militantes na época e fomos juntando por necessidade disso, mas eu acho pouco, eu acho muito pouco material. A nossa lista começou com 43 caras nossos que tinham sido presos, não sabíamos o nome.

A partir disso, fomos gerando esses documentos, que é pegar relatório... e alguns eliminamos, que tinha umas coisas de Diademas, coisas de Osasco, tinha de Pirelli de Santo André...

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Neto, deixa eu só te pedir uma coisa, são 13h15...

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Já vamos encerrar.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Estava previsto uma pausa e uma coletiva às 13h30, quer dizer, nós não vamos cumprir isso, a coletiva, nem sei se vai ter jornalistas aí. Pois é, tem, mas então vamos deixar essa reflexão para depois.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não, não, só a última coisa, o seguinte, onde estão os documentos? Os documentos estão no SNI, no Arquivo Nacional, e do Arquivo do Estado. Tem que ter 20 pessoas para fazer isso, gente. Não temos hoje, ponto.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Nós seguimos depois. Como é que é, tem jornalista aí? Então nós vamos atrasar 15 minutos... Nós.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não, eu estou propondo ficar aqui, a não ser que seja muita gente.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos manter aqui gente, pelo amor de Deus.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Eu estou pensando numa coisa muito mais pedestre por causa do almoço.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** O almoço está aqui, oh, está tudo resolvido.

\*\*\*

- É feita uma pausa.

\*\*\*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pessoal, boa tarde. Antes de a gente retomar os trabalhos, queria fazer um, aviso, um convite. Não é bem um convite porque todo mundo aqui é partícipe, adulto e militante.

É o seguinte, nós estamos fazendo um esforço aqui, a partir da Comissão Estadual da Verdade, da organização do ato que vai ocorrer lá na sede da Oban, do DOI-CODI, da delegacia da rua Tutoia com a Tomás Carvalhal, então está previsto um ato de duas horas de duração, que nós vamos tentar trazer, juntar todas as correntes de opinião e as formas dos grupos que reivindicam memória, verdade e justiça.

Na abertura do ato, vai ser lido o manifesto que vai tentar expressar o sentimento das pessoas em relação àquele prédio, que foi recentemente tombado, dos 50 anos da ditadura, e depois vai ter uma série de... o Coral Luther King vai fazer uma apresentação, uma cantata brasileira, vai cantar “A Internacional”, enfim, vai ser uma coisa muito bonita e outros artistas vão contribuir.

Não vai ser um ato, tipo, com vários oradores, a expressão, da unificação... Neto, só um minutinho, eu não te atrapalhei em nenhum momento, por favor, só um minuto, você sabe como este momento é importante. Desculpa falar ao microfone.

Então, este ato do dia 31 de março é uma tentativa, e acredito que vai vingar, de fazer uma coisa forte, né. Os caras aí estão tentando chamar um ato para o dia 22, não sabe se a TFP, esses setores mais conservadores, alguns setores militares, e tal...

Bom, enfim, é evidente que este ato precisa ter um bom quórum, um quórum qualificado, de gente representativa, gente da luta, gente que lutou, gente que luta, que também vai expressar o repúdio a essas novas formas de repressão contra os movimentos sociais, contra os genocídios, enfim.

Então, também, a gente tem claro que, embora o lugar não seja muito grande, se o ato não for consistente, esvaziado, pode sair um tiro no pé, né, quer dizer, a gente até imaginava que havia uma enorme agenda de atos, manifestações, mas não é o que temos visto, pelo contrário, até não fizemos no dia 1º de abril, que a gente achava que era o dia em que ia haver a maior concentração, puxamos para o dia 31, para segunda-feira, para não colidir, para todo mundo ter seu espaço, mas nós vamos tentar fazer desse um grande ato nacional lá no DOI-CODI.

Além do número de pessoas que foi assassinada lá e torturada, lá se tornou o grande comandou nacional da repressão e esse trabalho que foi feito do tombamento do prédio pode haver também a revogação do decreto que o Maluf fez para ceder o prédio para o exército em plena semana, de 1979, da votação da Anistia.

Bom, eu fiz essa introdução toda, né, para ver se nós, enquanto militantes organizados, no dia 31 às 10h da manhã, possamos mobilizar nossos companheiros, nossas bases e fazer um grande ato nacional contra a ditadura, contra a repressão, a favor do esclarecimento dos cadáveres que permanecem ocultos e pela punição aos torturadores.

Você gostaria de dar um complementa, Ivan, por favor?

**O SR. IVAN SEIXAS –** A única coisa que a gente precisa é o seguinte, botar o máximo de gente para a gente dar uma demonstração de que a sociedade organizada repudia o dia nacional da vergonha, que é o dia do Golpe, e também que a gente reforce a ideia de que aquele prédio que agora está tombado vire um memorial da luta contra a tortura e, principalmente, contra a ditadura. E aí é fundamental que cada sindicato, cada entidade assine o manifesto que vai ser lido lá, como o Adriano falou, não vai ter espaço para cada um fazer intervenção a partir da sua entidade, e sim uma declaração, um manifesto único, lido lá, assinado por todas as entidades.

Então, era fundamental que, assim que for possível, todo mundo passe para nós aqui, que nós estamos centralizando, a adesão a esse manifesto e, principalmente, que leve gente lá, cada entidade leve o máximo de gente, para a gente fazer uma demonstração de que nós estamos repudiando o Golpe e repudiamos, principalmente, a ditadura e a tortura que a ditadura fez, a tortura que ela fez, os assassinatos e desaparecimentos.

Então, basicamente é isso. O que a gente está pedindo é adesão para estar presente e adesão para a assinatura desse manifesto.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Bom, é o seguinte, eu queria dizer que são duas horas da tarde e nós devemos um final para a nossa reunião, porque afinal hoje é sábado. (Risadas)

Então, o que podemos por como limite para esta reunião, 16h30? Tem aqui uns cariocas que estão aqui que estão loucos pela tarde paulista, que é mais importante que a noite paulista, que é uma tarde de livrarias, né, de coisas, sei lá o quê.

**O SR. –** Ainda mais se tivergaroa.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Exatamente. Vai ter, vai ter, porque tem chovido no fim da tarde há vários dias e é precedido de uma garoazinha. Mas, 16h30 está bem a gente pensar? Entre quatro horas indo, no máximo, até 16h30, ou 16h14, como está dizendo o Ivan aqui. De qualquer forma está previsto agora, vamos ter um debate, mas antes deste debate, tem dois pequenos vídeos de três minutos, que foram preparados para nos serem exibidos agora.

Eu nem sei bem sobre o que eles são, mas devem ser adequados ao que nós estamos discutindo, e depois eu vou somente falar sobre o material que foi entregue a vocês e nós, então, iniciamos o debate. Então, Neto, pode providenciar os vídeos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Espera um pouquinho, doutora. Como as pessoas, a maioria das pessoas que está na sala agora não esteve de manhã, vamos fazer um pequeno resumo do que ocorreu de manhã, rapidinho, para as pessoas sabem sobre o que vai ser o debate.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Ah, sim, a ideia eram os dois vídeos, o resumo e o debate. Mas se você achar, a gente faz o resumo, os dois vídeos e o debate?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** É, eu vou usar a palavra, dá licença.

Então, nós estamos continuando a audiência pública, a 114ª audiência da Comissão da Verdade hoje, sobre o financiamento das empresas. Como a maioria das pessoas foi convidada para vir no período da tarde, vamos fazer uma breve síntese do que aconteceu de manhã. É sobre isso que nós vamos discutir à tarde.

 Pela manhã, houve quatro apresentações, quatro temas, um apresentado pelo Dr. Marlon Alberto Weichert, procurador regional da República, que falou desde a questão da participação das empresas na segunda guerra mundial e a partir daí toda a legislação que foi desenvolvida sobre a participação das empresas no financiamento e manutenção de graves violações a direitos humanos, inclusive no período da ditadura brasileira.

 Em seguida, falou o professor Jorge José de Melo, que é mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense, cujo assunto da sua pesquisa, da sua tese, é sobre Boilesen, o empresário de ditadura, e a questão do empresariado paulista, a Oban, Operação Bandeirantes, de 1969 a 1971.

Em seguida, falou a professora, a jornalista, perdão, jornalista, roteirista, pesquisadora Denise Assis, que falou sobre a construção do IPES, como foi preparada toda a desestabilização através da comunicação, dos grandes órgãos de comunicação e, finalmente, como é que o IPES, inclusive, participou das ações armadas, da manutenção das companhias, do financiamento do Golpe e, depois da continuidade do golpe, a formação SNI.

Em seguida, o Pedro Henrique Pedreira Campos, que é professor de política externa brasileira, do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRJ, que falou a respeito da ditadura dos empreiteiros, das grandes empreiteiras da construção civil, as empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro.

Então, pela manhã houve a apresentação desses quatro.

Em seguida, o companheiro Américo Gomes, do Grupo da Memória da Convergência Socialista, apresentou o trabalho de como o houve a perseguição e o financiamento, através das multinacionais, das empresas do setor do petróleo e da própria Petrobrás, a perseguição, as listas.

E, finalmente, o Sebastião Neto, que é o coordenador do Grupo 13, dos trabalhadores, apresentou o seu trabalho, da oposição sindical metalúrgica, das chamadas listas produzidas pelo patronato para demissão prisão e tortura dos trabalhadores. Então, foram essas seis questões abordadas de manhã e agora a Denise Assis trouxe um material recuperado por ela, de cerca de 14 filmes, e ela apresentou um deles, que dizia sobre a participação do IPES.

Então, agora à tarde, nós vamos debater... E só, praticamente, foram feitas as apresentações, uma ou outra pergunta bem pontual, e agora, embora o Dr. Marlon Alberto Weichert tenha se retirado, estão aqui presentes o professor Jorge José de Melo, o Pedro Henrique, a Denise Assis, o próprio Américo Gomes, Américo Astuto, e o Sebastião Neto.

Então, agora, nessa parte da tarde, eu também registro a presença do jornalista, representando a Comissão Municipal, Ivo Patarra, esse é o presidente, Gilberto Natalini, da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da Câmara Municipal de São Paulo. O padre Jaime também mandou um convite porque eles vão fazer uma sessão lá na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, lá na zona sul, dia 29 de março, às 15h, lá na Sociedade Santos Mártires, homenagem ao Santo Dias da Silva e a descomemoração do golpe.

Nada mais, vamos retomar então? Dra. Rosa Cardoso.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Vamos, então, fazer o seguinte, vamos ver os dois vídeos, depois eu um minuto, dois minutos, e nós abrimos o debate. Realmente foi muito oportuna a sua intervenção, porque eu não faria uma recapitulação, assim, do nome de cada um, mas isso é importante porque tem pessoas que não estavam aqui na parte da manhã, e tiveram a notícia mais organizada, mais formalizada do que aconteceu.

 Então, esses dois vídeos, eu não entendi, não são os vídeos que...

**O SR. –** Não, não, é um vídeo daquele carcereiro que fala do DOI-CODI e do Ivan, falando um pouco... DOI-CODI e empresários, dois videozinhos. Um do Estadão, aquele que está você e o Américo... Não tem direito autoral, tá? E uso de imagem.

\*\*\*

- É feita a exibição do vídeo

\*\*\*

**O SR. IVAN SEIXAS –** Esse é um escrivão do DOPS que foi cedido ao DOI-CODI, ele trabalhou lá durante cinco anos e meio. Ele relata duas coisas: que no prédio do DOPS, embaixo do prédio tinha um estande de tiros, cujo revestimento de aço, para receber as balas e não furar, obviamente, foi feito pela Cofres Bernardino e que o revestimento acústico e o tampão para os ouvidos de quem praticava e dos instrutores tinham sido doados pela General Motors.

Num segundo momento desse depoimento dele, ele diz que o presidente da General Motors veio a São Paulo, foi visitar o DOPS e depois foi visitar o DOI-CODI.

E a gente perguntou para ele: “Mas isso era normal?”.

Ele falou: “Sim, a gente tinha a visita de empresários e a comida, por exemplo, era do Grupo Ultra. A gente recebia uma caixinha, que era um por fora, os militares recebiam não sei onde, mas nós, civis, recebíamos dentro da Secretaria de Segurança, no gabinete do secretário. Era uma lista que tinha um valor que era à parte, não era uma coisa oficial, a gente recebia por fora esse dinheiro”.

Então, esse cidadão dá o depoimento com a tranquilidade e as informações, absolutamente, batendo com tudo o que a gente sempre soube. Que o Grupo Ultra fornecia a comida para os oficiais e para os soldados, que iam lá comumente os empresários, então, ele confirmou tudo isso. E agora nesse trecho do depoimento ele fala da Cofres Bernardino doando o aço, que fazia o revestimento para proteger dos tiros, e a proteção acústica dada pela General Motors.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Podemos, então, passar a parte dos debates? Quer falar?

**O SR. –** Me deixa só dar um recado antes? Essa fichinha que vocês receberam, rosa, tentem localizar com vocês, porque quem estava de manhã ouviu e quem está agora à tarde vai ouvir um pouco.

**O SR. –** A minha eu já preenchi.

**O SR. –** Não, o que vocês podem acrescentar, por favor, isso aqui é para devolver para a gente. Quem puder devolver, tiver o que falar, tudo bem? Bem importante para nós isso aqui.

**O SR. –** Posso agora? Quantos minutos eu tenho para falar?

**O SR. –** Três.

**O SR. –** Não.Você está de brincadeira. Você dá para um sindicalista três minutos, é igual assassinar o sujeito, só um pouquinho para não matar o Geraldo. O Geraldo, eu devia ter citado antes, é um trabalhador na Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, fundador da CUT, presidente da CUT e dos metroviários. Negro, senador. Teve a Benedita antes, né?

Então, seguinte, Geraldo, você não pode criar um padrão para todo mundo falar igual a você, temos até as quatro horas para terminar. Você tem mais tempo porque você tem direitos históricos, entendeu? Mas não pode criar um padrão, não ache que todo mundo aqui é Geraldo Cândido não.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO –** Olha só, pelo seguinte, porque, de repente, num debate como esse, nós temos ainda mais ou menos duas horas, podia ser cinco minutos, eu acho.

 Tá bom, então não vou me estender muito não porque eu não sou egoísta de querer falar o tempo todo sozinho. Bom, então você já me apresentou assim parcialmente, eu vou me apresentar.

Eu sou Geraldo Cândido, sou ex-operário metalúrgico, naval, metroviário, já aposentado. Sindicalista, de muitos anos de luta, e, atualmente, estou mesmo na Comissão Estadual da Verdade. Estou também diretor da Associação Nacional dos Ex-Presos Anistiados Políticos.

Então, na parte da manhã foi feita uma apresentação por parte de alguns pesquisadores, um tema muito importante para nós, que trata dos trabalhadores. O Golpe militar, o apoio dado ao Golpe civil, militar e empresarial, e a luta dos trabalhadores, quer dizer, a perseguição a que foram submetidos nas fábricas e ainda são até hoje.

Essa história mudou um pouco, mas ainda continua existindo. É a mesma história da repressão, polícia militar, civil, a repressão não mudou muito. Está aí o resquício da ditadura.

 Lá no Rio de Janeiro, por exemplo, o Estado onde eu vivo, lá a polícia é uma das mais violentas do Brasil, mata é diariamente, sequestra, mata, as coisas não mudaram muito. Nós temos um exemplo agora do Amarildo, que um dos desaparecidos. Até hoje, pegaram o cidadão na comunidade, torturaram, mataram e sumiram com o corpo do cidadão.

Então, é preciso que essas coisas sejam debatidas também, ela está no bojo da discussão. Então, a questão dos trabalhadores e do Golpe militar, e aí eu posso falar um pouco porque à época eu era militante, já naquele período, jovem operário, militante nordestino, mas estava na luta. E participei, no dia 13 de março do comício histórico da Central do Brasil, o comício da reforma de base, nós participamos.

 E depois, quando veio o Golpe militar, nós já sabíamos que a barra ia pesar para o lado dos trabalhadores, porque aos sindicatos eram a maior organização que dava apoio ao governo Goulart, organização de base, que defendia as reformas de base, o apoio estava nos sindicatos. O comício da central no dia 13 de março, com mais ou menos 200 mil trabalhadores e estudantes, os sindicatos que mobilizaram e levaram para lá.

Aí, quando os milicos deram o Golpe caíram dentro dos sindicatos. Os sindicatos, em sua maioria, tiveram as suas direções afastadas, presas, torturadas, assassinadas, enfim. Fizeram um (ininteligível, 36m54s) em cima dos trabalhadores dos sindicatos, além de quebrar o patrimônio dos sindicatos.

Eles entravam nos sindicatos para quebrar tudo. Fizeram isso em vários sindicatos do Rio de Janeiro, o sindicato dos bancários foi um deles, o sindicato dos metalúrgicos, que bancou a questão do levante dos marinheiros. Quer dizer, os militares estavam com ódio dos metalúrgicos.

Quando eles deram o golpe, foram ao sindicato para destruir. Fizeram isso com o sindicato dos operários navais de Niterói. O sindicato dos operários navais era um sindicato histórico, que em 1963, quando eles quiseram fazer um congresso de apoio à Revolução Cubana, o Carlos Lacerda, que era o governador, proibiu o congresso no Rio de Janeiro.

O sindicato dos trabalhadores navais fez o congresso lá no sindicato, congresso latino-americano em apoio à Revolução Cubana. Era o sindicato que ia o Brizola, nas assembleias, o Luís Carlos Prestes ia às assembleias do sindicato. Trouxeram a Dolores de (ininteligível, 37m56s a 37m59s) para o sindicato dos operários navais.

Mas, quando deram o Golpe, foram todos para o Caio Martins, em Niterói, preso e torturado o Caio Martins. O sindicato também foi todo quebrado.

Eu estive lá numa assembleia na última vez, até que o Vitor também, que é assessor, estava lá também, uma senhora que estava lá, já com 78 anos, foi lá e falou conosco, mostrou na cabeça dela a cicatriz que levou uma cacetada do cara do exército, que a fez levar 18 pontos na cabeça. E o marido dela e o Caio Martins foram torturados e quase morrem sob tortura.

Então, a classe trabalhadora em geral sofreu muito com o golpe. Os militares deram esse Golpe para atender a reivindicações, todo mundo sabe, do empresariado, e os trabalhadores pagaram a história.

Eu vou resumir, porque não quero tomar muito tempo, mas em relação ao Rio de Janeiro, nós, enquanto membros da Comissão Estadual da Verdade, temos o nosso GT sindical.

O companheiro Vitor, que é assessor nosso, está aqui presente, estamos fazendo um trabalho, justamente, visando essa questão dos sindicatos, fazer um levantamento do que ocorreu naquele período, os sindicatos sofrendo intervenção, os sindicalistas que foram presos, os sindicalistas que estão desaparecidos até hoje, os familiares dos militantes que foram mortos, mas os familiares estão aí.

Então, nós temos feito um trabalho nesse sentido. Temos realizado audiências públicas nos sindicatos, trazendo os sindicalistas que foram presos e torturados para fazer o depoimento, o testemunho da verdade.

Fizemos em vários sindicatos. Iremos às comissões internas, porque é importante que cada sindicato tenha a sua comissão, que possa fazer os levantamentos, os próprios trabalhadores da categoria fazer o levantamento de quais são os companheiros que foram presos, torturados e desaparecidos. Então, acho que isso é um trabalho importante.

Nós temos dificuldade, por exemplo... E tem uma reivindicação, conseguimos abrir os arquivos da CSN, da siderúrgica, e até hoje não conseguimos, eles não permitiram. Já foi feito o ofício, a Comissão Municipal de Volta Redonda já encaminhou um ofício para a CSN, mas eles não autorizaram o acesso aos arquivos da CSN.

Tem algumas empresas que são estratégicas nessa questão.

Por exemplo, a FNM, Fábrica Nacional de Motores, que agora é a Fiat, também tem uma história interessante. Naquele período, houve uma luta lá na FNM, lá em Xerém, o Partido Comunista era muito forte, tinha uma quantidade enorme de militantes, e lá a ditadura passou violentamente lá na FNM. É uma empresa que nos arquivos deve ter muita história.

Então, CSN, FNM e Petrobrás já foi conseguido. A Comissão Nacional, a CNV, já conseguiu. Mas, enfim, essa é uma luta que nós temos para trazer à tona todas essas questões. Essa pesquisa que foi feita, em relação às empresas que apoiaram o golpe, que na parte da manhã foi apresentado aqui, é uma parte dessa história, mas tem muita coisa ainda para ser vista, tem muitas coisas ainda.

Apesar de o nosso tempo ser pouco, porque as nossas comissões, a nacional e a estadual, foram criadas com morte anunciada e isso é um problema, nós sabemos que nossa vida é curta.

Mas, de qualquer maneira, nós temos que aproveitar esse período para fazer um trabalho, aprofundar a pesquisa, todos os levantamentos, fazer audiências públicas, tomar os testemunhos da verdade.

Inclusive, lá no Rio de Janeiro nós já convocamos vários milicos para depor em audiência pública, ele até nem vão, aí mandam advogado, enfim, mas nós convocamos. E, inclusive, nós conseguimos um negócio importante, que foi um milico velho de 80 e tantos anos que deu para nós a informação sobre a farsa do Rubens Paiva.

Porque os milicos disseram que o Rubens Paiva tinha sido levado para outro local e que um comando armado interceptou o carro da repressão, resgatou o Rubens Paiva e queimou o carro. Quer dizer, isso nunca existiu, e o coronel velho falou para nós, contou a história. Aí foi feito tanto o depoimento, foi apresentado até na Rede Globo, quer dizer, uma farsa enorme dos militares e nós desmascaramos, e quando a imprensa procurou ele para falar, eles não falaram nada, eles se negaram a dizer qualquer coisa. Ele não tinha o que falar.

Aí o pessoal pergunta: a farsa foi desmontada, e aí? Eles não quiseram nem assunto, não fizeram comentário. Então, é esse o nosso trabalho. Eu vou, então, encerrar, mas acho que é isso.

Na Comissão Estadual nós estamos criando as comissões municipais, criamos comissão municipal de Niterói, de Macaé, onde tem um estádio de futebol, que no dia do Golpe de 1964, foram para esse estádio 180 trabalhadores ferroviários presos, e o Caio Martins ficou com mais de mil presos.

Depois no Caio Martins não cabia mais gente, aí mandaram para um local da rede ferroviária que funcionou como presídio.

Além da Ilha das Flores e outros locais onde foram feitas prisões. Isso em 1964, os locais de prisão e tortura dos trabalhadores.

Então, encerrei a minha parte, Neto, obrigada pela concessão do tempo.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Bom, é o seguinte, eu queria dizer primeiro a vocês que as exposições de hoje, feitas durante a manhã, estão contidas, estão resumidas num...

É, de manhã houve o trabalho de um grupo de estudos, um primeiro encontro, uma primeira aproximação desse tema, que é a relação entre as empresas e o aparelho de Estado, as empresas e a preparação do golpe, e que nós procuramos construir aqui um painel que vinha desde a a preparação do Golpe militar, onde nós procuramos acentuar, mostrar, porque se tanto fala hoje que esse Golpe foi civil-militar e não um Golpe militar.

 Porque, efetivamente, foi um Golpe construído por empresas, foi uma ação da classe empresarial, mas não de todas as empresas, né. Como nós mostramos aqui também, havia desde a década de 1950, desde o governo de Juscelino, a formação de um grupo empresarial multinacional muito representativo aqui, aliado também a um capital associado a eles, também com muitos interesses no crescimento desse grupo multinacional e esse crescimento os favorecia.

Esses grupos que terminaram... as pesquisas anteriores a 1964 demonstram que eles tinham supremacia financeira, eram grupos multibilionários, eram grupos bilionários, esses associados. Eles percebem essa contradição que existe. Ora, nós, economicamente, temos a supremacia e estamos vendo aí um governo que está atuando contra nós, perigosamente, nos colocando numa situação de muito risco.

Essa contradição era insustentável. O que nós vamos fazer? Eles começam preparando projetos, querendo outro tipo de intervenção e quando João Goulart assume, eles decidem... É, muito claramente para eles e também depois abertamente já ter alguns setores da sociedade, que eles vão preparar uma ação política.

Criam o IPES, que tinha mais contato com a sociedade, que é um grupo de cooptação, de integração, de propaganda de determinadas ideias; criam o Ibad, que articula mais os grupos de Direita, os partidos de Direita, e que se arma também; cria um grupo, uma frente parlamentar de Direita também, então eles criam todo um aparato para dar o Golpe e já começam, mais do que isso, a preparar dentro do IPES e do Ibad o governo, o novo governo, que assume com um todo... quando o Golpe é dado, quando a ditadura se inaugura e se desenvolve ela assimila toda aquela estrutura do IPES.

Por isso que não é uma escolha nossa... nós até podemos chamar de ditadura militar, mas, vamos estar sempre tento que lembra que foi um Golpe civil-militar, e civil-militar no sentido que não foram só os empresários, porque os empresários conseguiram manipular, efetivamente, a opinião e a participação pública, aqueles segmentos que a Denise falou, de mulheres, de Igrejas, não só a católica, a protestante também, envolveu estudantes, criar um sindicalismo paralelo, um sindicalismo de Direita, um sindicalismo que fazia uma divisão que gerava uma divisão dentro sindicalismo autêntico.

 Inclusive há um capítulo que é muito expressivo de um livro clássico aí sobre o Golpe e a ditadura, que está sendo distribuída vocês para vocês verem como esse movimento sindical de Direita se multiplicou e se capitalizou dentro do movimento sindical, de modo que quando a aconteceu o golpe, estavam todos preparados, muito vigiados para que, imediatamente, pudesse ser perseguidos, presos, reprimidos, porque estava tudo isso levantado, porque o movimento sindical estava convivendo com esses braços do empresariado, criados pelo empresariado de caráter multinacional e o associado.

 Nós tentamos traçar esse panorama trazendo a Denise que falou mais particularmente, inclusive, da política cultural feira, da parte de propaganda. Uma questão que nós temos que ver, esses dados, inclusive, que você deu de valores, de investimentos feitos, se se refere só à área da cultura, do que foi gasto na área da cultura, que é o que você pesquisou, porque o IPES teve vários outros braços que não foram somente na área de cultura, foram investimentos nas áreas mais diversas.

O IPES também não existiu somente nas principais capitais, ele teve escritórios de representação até no norte do país, até em Manaus, em outras cidades, ele estava realmente bem organizado.

E, tivemos uma segunda intervenção para mostrar como é, e não como uma ligação exata, com o IPES, somente, porque o IPES foi um dos grupos civis, foi um grupo empresarial que preparou o Golpe e a ditadura, mas houve outros.

O Paulo Egydio, por exemplo, pelo que nós ouvimos aqui e pelo próprio depoimento do Paulo Egydio, havia outros grupos que tinham outras extrações e outras vinculações, por exemplo, um grupo de Direita que fez a revolução constitucionalista. Então, a gente falou aqui do Paulo Egydio que já aglutinou um outro grupo.

E houve outros grupos que se articulavam com o IPES, mas que também não tinham paciência para a ação militante e o IPES terminou sendo um organismo de um ativismo político muito grande, houve muitos membros da burguesia, do empresariado, que não tinha interesse nessa articulação, nessa exposição até, que para muitos essa exposição beneficiou e fez crescer, progredir profissionalmente, financeiramente e economicamente, do ponto de vista empresarial, para outros era um prejuízo, muitos queriam se ocultar.

 Você não vai ver tantos banqueiros pondo a cara nessa história e eles estão profundamente comprometidos. Foi um núcleo da nossa burguesia que teve um papel muito significativo.

Bom, então nós falamos disso, falamos então, depois, pensando na questão da construção da Oban, nós vimos um outro tipo de articulação aí do empresariado já numa ditadura que tinha se tornado, que começava a se descolar desse elemento civil mais amplo, de mulheres, de Igrejas, dos estudantes, de um conjunto de pessoas que pensaram que o Golpe era para manter um regime democrático, para impedir um regime ditatorial, viram que não era nada disso, foi havendo um descolamento, um afastamento, uma rejeição a manter esse apoio, mas a ditadura continua com um grande apoio empresarial.

E aí se constrói a Oban.

A Oban vai ser o modelo dos DOIs que vão ser criados depois, nos outros estados e aí vai haver, permanentemente, de uma forma significativa até o fim, um apoio de grupos empresariais à ação desses organismos de segurança.

Só quando realmente entramos na etapa do Riocentro, dos atentados, assim, insustentáveis mesmo, politicamente, começa a haver um estranhamento, que também está associado ao próprio afastamento do apoio do governo americano ao que começou a acontecer no país.

 Então nós tivemos isso, tivemos depois um terceiro momento, que foi a discussão do empresariado na área de construção pesada, que apoiou a ditadura, e mostrando já políticas da ditadura, mas que passou para nós, então, de uma forma muito viva, essa compreensão de que a ditadura foi realmente uma ditadura empresarial, foi uma ditadura militar-empresarial, empresarial-militar.

Eu acho que não é o caso de a gente hoje, não está aqui o Marlon e o tema que ele apresentou hoje vai ser objeto de uma discussão mais aprofundada, porque é o tema também da discussão da responsabilização. Nós vamos ter que trabalhar isso com mais cuidado, porque nós podemos como Comissões da Verdade fazer uma responsabilização institucional e devemos fazer, e vamos ter que fazer seletiva, evidentemente, nós não vamos retomar todas as empresas, mas vamos fazer alguma coisa seletiva e por isso temos que fazer uma coisa cuidadosa, bem pensada, para ver o que realmente, que empresa são essas, que pessoas são essas que nós vamos atribuir uma responsabilidade institucional.

Eu acho, então, que a gente tem entrar nesse debate, há questões que já estão anunciadas como questões importantes.

Há de haver pessoas que não concordam que se avalie a natureza do regime como uma natureza civil-militar, tem hoje uma significativa essa participação civil, ou que não expressa a natureza do regime, talvez haja esse tipo de pensamento, e gostaríamos até de ouvir a fundamentação disso.

Eu ouvi aqui do Américo, por exemplo, uma afirmação que não sei se entendi bem, de que a Oban era uma organização paramilitar, e aí já abrindo o debate, passando a palavra vocês, eu pergunto a ele o que é que ele está entendendo como paramilitar, porque muitos de nós têm entendido que a Oban, apesar de ter sido uma iniciativa proposta pela classe empresarial paulista, imediatamente assimilada pelo 2º Exército, pelas autoridades, ela se converteu...

Isso confirma que os empresários faziam parte do Regime, ela se converteu numa política de Estado. Ela não foi clandestina como a Casa da Morte, em Petrópolis, por exemplo, foi clandestina, apesar também de o clandestino ser... Ela era clandestina, mas ela era uma política de Estado.

A Casa da Morte não foi criada sem o conhecimento do alto comando, dos dirigentes, dos governantes. Foi criada, eles tinham conhecimento da Casa da Morte e do uso da casa da morte.

Ela era clandestina, como aconteceu em outros países também, no Chile, na Argentina esses centros de desaparecimento de extermínio e de morte, que eram plenamente do pleno conhecimento do sistema dos Videlas e dos Pinochets, mas que não eram apresentados à opinião pública, sobretudo receio da opinião pública internacional. Então, eu te dou a palavra e depois ao Américo.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Não, só para complementar, eu vi...

**O SR. –** Se apresenta, Denise, que o pessoal não te conhece.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Denise Assis, jornalista e assessora da Comissão da Verdade do Rio. De um ex-participante da repressão, a expressão sobre a Casa da Morte de Petrópolis era chamada de Codão, exatamente porque ela era um prosseguimento do 1º Exército...

**O SR. IVAN SEIXAS** **–** De “COD”.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** É, Codão. Porque era o braço do 1º Exército na tortura, era o aparelho da tortura do DOI-CODI, que era do 1º Exército na serra.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Américo, quer...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos fazer o seguinte, vamos pedir para os três que apresentaram os trabalhos de manhã, porque as pessoas não estão conseguindo se situar.

Então, sem prejuízo de o Américo voltar, porque ele também é um dos que apresentou o trabalho, que os três convidados do Rio, a professora Denise, o Pedro Campos e o companheiro Jorge, façam um resumo do que falaram de manhã, aí o Américo retoma e a gente abre para todo muito, tudo bem? Então, vamos lá.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Então, pela ordem, sou eu mesma, vou abrir os trabalhos. O que foi dito aqui? Do ponto de vista do meu trabalho, eu localizei no Arquivo Nacional um conjunto de 14 filmes que serviram de instrumento de convencimento à sociedade para que não só aceitasse como ansiasse pelo golpe. De que maneira?

Esses filmes eram produzidos com financiamento do grande empresariado carioca, grupo Ducal, empresas Icomi, Petróleo União, Listas Telefônicas Brasileiras, e todos os órgãos e comunicação, tudo isso com apoio financeiro e de espaço, esses filmes foram produzidos e ficaram esquecidos, depois do sucesso do golpe, no Arquivo Nacional, e não só esquecidos como proibidos de serem exibidos porque não se conhecia a autoria deles, e isso poderia gerar um processo de autoria, enfim, o Arquivo sempre os manteve fora da sala de pesquisa.

 E, quando eu os conheci, pedi que fossem projetados, me ofereci para desvendar a questão da autoria, e ficou muito claro para mim que eles foram pagos e produzidos pelo IPES, e se o acervo do IPES foi doado ao Arquivo Nacional, logicamente que o conjunto de filmes fazia parte dessa doação, e poderiam sim ser exibidos. Só que eles estavam em situação tão precária que tiveram que passar por um processo de restauração, e eu fiz isso com o apoio da Faperj, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, e ao restaurá-los eu me senti na obrigação de contextualizar o discurso desses filmes porque ele é muito atual.

Esse discurso procura apontar a deficiência dos vários segmentos da sociedade, apontando, por exemplo: as rodovias estão um caos, as ferrovias estão caóticas, e esse sentimento de insatisfação levou a classe dominante, a classe média, a pequena burguesia a ficar radicalmente contra o governo, ansiando, desejando a sua queda.

Foi por isso que nós tivemos aquelas senhoras rezando o terço em agradecimento na Avenida Rio Branco graças a esse massivo material financiado pelo grande e empresariado e com o apoio da Igreja, que sedia também seus espaços, como a Dra. Rosa também colocou, Igreja católica, Igreja protestante, os vários segmentos da sociedade interessados na queda do governo e que aderiram a esse discurso. Eles, então, apoiaram esse Golpe que teve esse caráter civil, e eu reputo a ação final aos militantes.

 Mas, evidentemente, que no bojo das fileiras do Exército esse desejo e essa conspiração era patente, e não era uma coisa nova porque isso, eu vou concluir rapidinho, mas só historiando, os nossos oficiais: Castelo Branco, Ednardo Mello, conviveram com os americanos nas bases da 2ª Guerra e conheceram os princípios da segurança americana e também os avanços tecnológicos e voltaram da guerra sonhando com esse país avançado que a gente não tinha, porque o Brasil estava mal saindo da sua fase agrícola, tinha acabado de se industrializar com o Juscelino Kubitschek, trazendo as empresas automobilísticas.

 E esses generais, unidos dentro da escola superior de guerra começaram a projetar esse país avançado sob os auspícios deles e da classe dominante. Foi aí, então, que gerou essa necessidade entre eles de conspirar para a tomada do governo e execução desse projeto tecno-americano, digamos assim. E é aí que a sociedade converge os seus interesses para a derrubada do governo Jango.

 O que eu expus de manhã, e a Dra. Rosa muito bem me questionou agora é sobre a questão da forma de se fazer isso, foi principalmente através da cultura, lançando jornais, programas de televisão, filmes, livros, que explicassem, expusessem essas ideias de Direita, de tornar esse país um governo de Direita.

E esse financiamento... o grosso do que entrava em termos de recurso no IPES era para essa ação de mídia, de compra de espaço, de produção de filmes e de produção de programas de TV.

Mas, também, de um lado armando o Ibad e preparando essa contra ofensiva para o golpe, e, por outro, formando através de um curso de economia que eles davam, os gestores do futuro das estatais. Só para chamar a atenção, basicamente a direção do IPES, assim que o Golpe saiu vitorioso, eles foram todos nomeados para cargos em estatais. O Glycon de Paiva foi ser presidente do BNDES, outros foram para a Petrobrás, e por aí a fora. Então, foi no IPES que foram gestados esses dirigentes de estatais de primeiro, segundo e terceiro escalão.

**A SRA. ROSA CARDOSO** **–** Você me dá um aparte? Eles tinham curso também sindical, e esses sindicalistas entraram, em alguma medida, quando houve intervenção nos sindicatos.

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Sim, como pelegos. Então, houve essa destinação de recursos para a formação de quadros, muito bem lembrado, lideranças sindicais, dirigentes para as estatais, e mais um passo, eles financiaram os cursos de sociologia da PUC. Eram eles que montavam as grades curriculares nos cursos de sociologia da PUC para formar lideranças sindicais e lideranças políticas. Então, é isso, obrigado.

**A SRA. –** Educação também, a Lei 5608, de 1968....

**A SRA. DENISE ASSIS** **–** Sim, aquele acordo USAIDE, MEC-USAIDE, era todo calcado nessa base de estudos feitos no bojo dessa conspiração. Obrigada.

**O SR. JORGE JOSÉ DE MELO –** Bom, meu nome é Jorge de Melo, eu sou do Rio de Janeiro, sou jornalista e, ao contrário do que falou o deputado Diogo, eu não sou professor, estou mestrando.

Eu fiz uma pesquisa sobre Boilesen. Para quem não conhece, Henning Albert Boilesen era o presidente em 1971 da Ultragaz, que ainda hoje é uma grande empresa. E ele foi justiçado duas organizações Esquerda, o MRT, que é o Movimento Revolucionário Tiradentes, e a ALN, que é a Ação Libertadora Nacional, dois movimentos que tinham a maior força aqui em São Paulo. E porque ele foi assassinado? Porque ele era um dos principais colaboradores do setor empresarial com a Oban. A Oban foi um laboratório, na verdade era uma experiência que visava derrotar os grupos de luta armada que começaram a fazer ações a partir do ano de 1967.

 O empresariado paulista na época dominava mais ou menos 40% do PIB brasileiro e ficaram muito preocupados com ações, algumas ações, inclusive, como o ataque a um quartel do Exército, ficaram muito preocupados com algumas ações que, de alguma maneira, davam uma visão de conflagração do país, e isso poderia, num futuro próximo, atrapalhar os investimentos na economia brasileira.

 Então, todos os indícios são de que esse grupo, que já tinha uma boa relação o 2º Exército desde os idos de 1964, quando investiu na reequipagem do 2º Exército, com medo de que o Brizola e o João Goulart conseguissem mobilizar as forças do Exército do sul e conseguissem vencer o Golpe que eles tinham planejado. Então, desde 1963 esse grupo já tinha uma intimidade muito grande com o 2º Exército, e inclusive reequipou esse 2º Exército.

 Então, a partir desse grupo de empresários que se juntou para dar o Golpe e garantir a vitória do golpe, saíram vários grupos de empresários e alguns desses grupos se armaram, até que quando chegou em 1967, 1968, eles resolveram sugerir a criação desse órgão, que juntava o Exército, que tinha o comando, juntava também a força pública de São Paulo, a Polícia Federal, o antigo DOPS, e as outras forças, Aeronáutica e Marinha.

Então, a montagem da Oban, que depois acabou servindo de modelo para os DOI-CODIs, foi financiada pelos empresários paulistas. Quer dizer, e agora, o interessante é que naquela época como as decisões econômicas estavam muito centralizadas na mão do governo, colaborar com um tipo de estrutura desse era ter acesso livre e privilegiado aos recursos públicos.

Então, vários desses empresários colaboravam ideologicamente, como o Boilesen, por exemplo, e o presidente do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Bueno Vidigal. Colaboravam de forma ideológica, mas havia muitos empresários que colaboravam mesmo para poder ter mais acesso aos próprios recursos.

Esse grupo (ininteligível 1h10), há uma dúvida sobre o tempo que durou essa colaboração. Certamente, eles foram responsáveis pelos primeiros recursos para montar o equipamento da Operação Bandeirantes, mas, segundo alguns defendem, a partir de 1970, quando o governo já tinha mais recursos, a responsabilidade sobre o DOI-CODI ficou com o governo, mas essa é uma questão que a gente não tem ainda uma resposta.

De qualquer maneira, é importante destacar primeiro que a estrutura da Oban, quer dizer, a estrutura repressiva que foi a mais eficiente em termos de luta contra as organizações de Esquerda armada, foi montado por empresários, foi uma iniciativa do empresariado que foi encampada imediatamente pelo Exército. O que mostra que houve uma participação talvez muito maior do que a gente imagina de setores importantes do empresariado brasileiro, não só com a ditadura militar, mas também com o sistema repressivo.

 **O SR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS –** Bem, boa tarde, meu nome é Pedro Campos, eu sou do Rio de Janeiro também, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutor em História pela UFF.

Eu vou, bem brevemente, resumir o que eu falei aqui de manhã. Eu apresentei, basicamente, a minha pesquisa de doutorado, a minha tese, que é sobre os empreiteiros na ditadura, a participação das empresas da construção pesada na ditadura brasileira.

 A minha pesquisa partiu de questões presentes, ou melhor entender, a origem histórica do poder desses empresários, empresários que atuam no setor de obras públicas, obras de infraestrutura, e coisas desse tipo, e eu fui verificar que foi na ditadura que eles deram um grande salto, se tornaram grandes grupos, com várias ramificações, grupos diversificados, inclusive, com a atuação internacional.

E o que eu notei é que esses empresários tiveram um empenho muito grande tanto na deflagração do Golpe civil-militar de 1964 como no próprio regime. Eles aderiram ao regime, alguns, inclusive, contribuíram com iniciativas como a Operação Bandeirantes, contribuíram com projetos políticos de figuras assimiladas ao regime, tiveram participação expressiva dentro do aparelho de Estado, cumprindo algumas funções importantes, seja diretamente ou via representantes, em funções e agências bastante relevantes dentro do aparelho de Estado. Em troca, eles foram altamente favorecidos pelas políticas de Estado implantadas naquele período.

 Com essas políticas implantadas em seu favor, esses grupos tomaram um novo porte, houve uma concentração no setor. A gente teve a formação de grandes grupos na área de construção pesada e eles chegaram na ditadura como um setor bastante concentrado e muito fortalecido.

E as conclusões que cheguei na pesquisa, e eu queria apresentar aqui, é que isso comprova a tese, que não foi anunciada por mim mas, originalmente, pelo professor René Dreifuss, de que se trata de um Golpe e de uma ditadura civil-militar, e como destacam outros autores, como o próprio Dreifuss, mas também o Renato Lemos, professor da UFRJ, é necessário qualificar esse elemento civil, já que não foi toda a sociedade brasileira que aderiu à ditadura e ao golpe. É preciso verificar o elemento classista, como o Américo chamou a atenção e outros, desse elemento civil, que é um elemento preponderantemente empresarial.

 É preciso entender também que na ditadura residem certas questões do Brasil hoje, da nossa sociedade hoje, dentre as quais a gente verifica que os grupos que se fortaleceram naquele momento estão aí hoje e detêm um amplo poder econômico, um amplo poder político no Brasil atual.

É isso.

**A SRA. ROSA CARDOSO –** Adriano, eu pergunto, parece que há uma certa discussão aqui, entre os organizadores, de se a sala vai caber quem está chegando, se fica aqui...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Deixa eu fazer o encaminhamento.

Estou me sentindo ultra mal porque esta sala está recém-reformada, não foi instalado o ar-condicionado, as pessoas estão mal acomodadas, então, foi pedido para que a gente usasse dois auditórios, aí pediram para a gente continuar aqui.

Eu queria pedir, ver com o pessoal da audiofonia e das câmeras fixas, se tem algum problema... primeiro a audiofonia, porque é o básico, se tem algum problema a gente abrir o Teotônio Vilela e todo mundo ir para lá. Tudo bem para você? TV Assembleia, tudo bem todo mundo ir para lá?

 **O SR. –** Nós temos apenas mais uma hora, vai perder meia hora.

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Eu estou aqui quietinho o tempo todo, só queria dizer uma coisa.

Comissão da Verdade não tem esse negócio de ter hora para acabar. Aqui é depoimento, tomada de depoimento, é coisa séria, não é discussão política, não é show.

Aqui é Comissão da Verdade, se precisar...

Eu que sou o anfitrião, vou falar agora, vou dar um murro na mesa... Eu que sou o anfitrião, se precisar ficar até 19h, 20h, 21h, não tem problema. Quem não aguentar...

Agora, o que não dá é a gente chamar as pessoas, as pessoas vêm de outros estados, as pessoas sequer estão sentadas, está um improviso absurdo, eu estou me sentindo ultra mal, tanto é que nem mesa constituída tem, nem mesa, está esse agregado aqui, esse ajuntamento, então eu queria pedir, respeitosamente, porém de uma forma firme, interrupção nos trabalhos de 10 minutos para que a gente possa recebê-los de uma forma adequada. (Aplausos)

**O SR. IVAN SEIXAS –** Daqui até lá são dois minutos, o corredor só, não tem problema. Mesmo andar.

*Reunião é interrompida por 10 minutos.*

\* \* \*